

COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURITIBA - PARANA

2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
1 IDENTIFICAÇÃO	05
2 HISTÓRICO	07
3 ORGANIZAÇÃO E REALIDADE DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	09
3.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	09
3.2 ASPECTOS FÍSICOS, MATERIAIS E HUMANOS	12
3.2.1 Para atendimento ao aluno	12
3.2.2 Ambientes Pedagógicos	13
3.2.3 Ambientes Administrativos	13
3.2.4 Complexo Higiênico Sanitário	13
3.2.5 Área livre para prática de Educação Física	14
3.2.6 Biblioteca	14
3.2.7 Laboratório de Ciências	14
3.2.8 Laboratório de Informática	14
3.2.9 Quadro geral de Funcionários e Professores	15
3.3 AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS	21
3.3.1 Grêmio Estudantil	21
3.3.2 Conselho Escolar	22
3.3.3 APMF	22
3.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	23
3.4.1 Ensino Fundamental e Médio diurnos	23

3.4.2 Ensino Médio Noturno	25
3.4.3 EJA – Ensino Fundamental – Fase II	26
3.4.4 EJA – Ensino Médio	27
3.5 OBJETIVOS DA ESCOLA	28
3.6 O PEDAGÓGICO	28
3.6.1 Sala de Apoio à Aprendizagem	28
3.6.2 Projetos	28
3.6.3 PIBID	29
3.6.4 Processo Pedagógico	29
3.6.5 Matriz Curricular Ensino Fundamental	30
3.6.6 Matriz Curricular Ensino Médio	31
3.6.7 Matriz Curricular Ensino Médio por Blocos	32
3.6.8 Calendário Escolar 2014	32
3.6.9 Resultados Educacionais	34
4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO	35
4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	35
4.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – HISTÓRIA E CONCEPÇÕES ...	40
4.2.1 Concepção de Aprendizagem	40
4.2.2 Concepção de Avaliação	41
4.2.3 Concepção de Currículo	45
4.2.4 Conceito de Infância e Adolescência	46
4.2.5 Conceito de Letramento	47
4.2.6 Conceito de Gestão Escolar	47

4.2.7	Conceito de Trabalho Pedagógico na Escola	48
4.2.8	Formação Continuada	48
4.2.9	Conceito de Educação Inclusiva	51
4.2.10	Concepção de Sociedade	52
4.2.11	Concepção de Cultura	53
4.2.12	Concepção de Educação	55
4.2.13	Concepção de Trabalho	55
4.2.14	Concepção de Escola	57
4.2.15	Concepção de Tecnologia	58
4.2.16	Concepção de Ciência	59
4.2.17	Concepção de Cidadania	59
4.2.18	Concepção de Escola Pública	60
4.2.19	Concepção de Conhecimento	60
4.2.20	Concepção de Homem	61
4.2.21	Concepção de Gestão Democrática na Escola	62
4.2.22	Desafios Educacionais Contemporâneos	64
5	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	64
5.1	AVALIAÇÃO	64
5.2	RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS	65
5.3	CONSELHO DE CLASSE	66
5.4	MOSTRA CULTURAL, CIENTÍFICA E ESPORTIVA	66
5.4.1	Métodos e Estratégias de Ação	66
5.5	ASPECTOS A SEREM TRABALHADOS COM OS ALUNOS	68

5.6 ASPECTOS A SEREM TRABALHADOS COM OS PROFESSORES	69
5.7 ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE	69
5.8 ENCAMINHAMENTO DISCIPLINAR	70
6 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	71
7 BRIGADA ESCOLAR	72
8 VISTA AÉREA DO COLÉGIO	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um documento de identificação da escola. Nele estão postos os objetivos e a organização pedagógica do Colégio.

Portanto, o resultado de uma profunda reflexão sobre as finalidades da escola e seu papel social como instituição pública, gratuita, laica, universal democrática e portanto, envolvida na inclusão social e educacional de todos.

Produzido por todos os segmentos envolvidos no processo educativo, ou seja, professores, diretores, pedagogos, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade, teve como marco inicial desse processo o ano de 2005, através de encontros, reuniões, entrevistas e pesquisas.

Sabendo que sua construção é um processo histórico e humano, esse documento está em constante reestruturação.

Nesse sentido, sua existência responde o que prevê a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, no seu artigo 12, inciso I, quanto à incumbência do Estabelecimento de Ensino de elaborar seu próprio Projeto Político Pedagógico, com base nos princípios previstos na Constituição Federal como: a liberdade, autonomia, flexibilidade e democracia.

Este estabelecimento entende por democracia a prática da efetiva ação coletiva nas definições do caminhar pedagógico. A democracia, assim, efetiva-se não só no aspecto teórico e legal, mas pauta a ação pedagógica, constituindo-se numa democracia real. Como diz PARO (2001):

Se a verdadeira democracia caracteriza-se dentre outras coisas pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares do direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto da necessidade da escola pública cuidar de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação democrata. (PARO, 2001).

Imbuídos destes princípios o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Pilar Maturana está comprometido com uma educação de qualidade, crítica e reflexiva, a fim de construir uma sociedade mais justa.

Por fim, esse documento apresenta-se dividido em cinco capítulos:

- I – Identificação da Instituição de Ensino;
- II – Organização e realidade da Instituição Escolar;
- III – Princípios norteadores da Educação;
- V – Plano de ações da Escola;
- VI – Proposta Pedagógica Curricular.

Cientes de que este projeto poderá sofrer alterações sempre que necessário, demandando reuniões de estudo e tomada de decisões objetivando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. As alterações serão validadas pelo Conselho Escolar da instituição.

1 IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Colégio Estadual Pilar Maturana – Ensino Fundamental e Médio

Endereço: Rua Rio Guaporé, 1689 – Bairro Alto – Curitiba – PR CEP: 82.840-320

Fone/Fax: (0XX41) 3238-1132 – e-mail: pilar_maturana@hotmail.com

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Dependência Administrativa: Secretaria de Estado da Educação

Núcleo Regional de Ensino de Curitiba / Área 05

Código do Município: 0690

Código do Estabelecimento: 10962

Horário de Funcionamento: 07:25 às 11:50 – manhã

13:10 às 17:35 – tarde

18:30 às 22:50 – noite

Ato de Autorização de Funcionamento do Colégio: 2219/99 DOE 24/06/99

Ato de Reconhecimento do Colégio: 1164/03 DOE 23/05/2003

Parecer do NRE. Aprovação do Regimento Interno: 158/2014

Ensino Fundamental (séries finais): Resolução 1164/2003 DOE 23/05/03

Ensino Médio: Resolução 2006/2008 DOE 05/08/08

Ensino Médio (Bloco): Resolução 2006/2008 DOE 05/08/08

EJA (Fundamental II): Autorização de funcionamento Resolução 5504/2010 DOE 28/02/11

EJA por disciplina (Médio): Resolução 5535/2014 - ATO 22/10/2014

2 HISTÓRICO

A Escola Estadual Pilar Maturana - Ensino Fundamental foi criada no dia 04 de janeiro de 1999, pela Resolução 02/99, para atender à demanda de escolaridade de 5ª a 8ª série, da comunidade do Bairro Alto, tendo em vista o crescimento populacional da escolaridade nessa faixa etária.

Sua denominação, Escola Estadual Pilar Maturana, é uma homenagem da comunidade local, a então, irmã e educadora da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, Maria Pilar Maturana, que dedicou grande parte de sua vida às crianças da Escola Cônego Camargo e à comunidade do Bairro Alto.

Nessa época estava localizada na Rua Rio Jari, nº 1085, Bairro Alto, no Município de Curitiba, mantida pelo governo do Paraná e funcionava em sistema de locação no prédio da Escola Cônego Camargo, no período da manhã. Sua autorização de funcionamento, com a oferta do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, foi regularizada pela Resolução 2219/99, de 24 de junho de 1999. Seu Ato de Reconhecimento é de 23/05/2003, pela Resolução nº 1.164/03.

Entretanto, já em seu segundo ano de funcionamento, com as exigências de expansão, fez-se necessário a abertura de novas turmas, concretizando a urgência de um prédio próprio, para garantir a continuidade das ampliações de salas para atendimento da demanda, que a cada ano vinha aumentando. Ressalta-se aqui, a luta da comunidade escolar e local, que através de suas entidades organizadas e em reivindicações constantes junto a Promotoria Pública das Comunidades, conquistando a liberação da construção do prédio próprio que passou a funcionar na Rua Rio Guaporé, 1689 desde outubro de 2006.

Em 1999, ano da sua criação, a Escola contava com seis turmas de 5ª e 6ª séries, atendendo aproximadamente a duzentos alunos. No ano de 2000, ampliamos para onze turmas de 5ª a 7ª, em sistema de ensino regular e turmas de correção de fluxo (Programa de Adaptação Idade/Série), sendo implantadas de forma gradativas. Em 2002 foram abertas as primeiras turmas de 8ª série regular RESOLUÇÃO 2219/99, PARECER 906/08CEF.

A Escola Estadual Pilar Maturana ofereceu até 2006; 13 (treze) turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, com um total de 455 alunos, assim distribuídos: 5ª séries regulares, com 150 alunos; 6ª série regular, com 128 alunos; 7ª série regular, com 114 alunos; e 8ª série regular, com 76 alunos.

Entre 2004 e 2005, foi solicitado junto a Promotoria pública a oferta do ensino Médio, que veio a ser implementado no ano de 2007, RESOLUÇÃO – 6032/PARECER 3319/2006/CEF (implantação gradativa no período matutino), com a entrega oficial do prédio próprio.

Em janeiro de 2007 a denominação passa a ser COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, ofertando aulas no período matutino e vespertino RES.AUT. 3905/04, parecer 292/08/CEE, então com 1.200 alunos distribuídos nas seguintes turmas : sete 5ª séries, quatro turmas de 6ª séries, três turmas de 7ª séries quatro turmas de 8ª séries, seis 1º anos, um 2º ano e um 3º ano , com aproximadamente 38 alunos por turma.

Sua denominação, Escola Estadual Pilar Maturana, é uma homenagem da comunidade local, a então, irmã e educadora da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, Maria Pilar Maturana (carinhosamente conhecida com “Vovozinha”), que dedicou grande parte de sua vida às crianças da Escola Cônego Camargo e à comunidade do Bairro Alto.

No ano de 2007 o Colégio passa a ofertar o CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas Espanhol), como curso de complementação curricular.

Com a aprovação do atual regimento do Estabelecimento de ensino em (16/12/009) sob decreto nº3879/08/SEED pelas atribuições legais conferidas pela RESOLUÇÃO 3879/08/SEED, o Colégio passa a ofertar Ensino Médio organizado por blocos de disciplinas semestrais, diurno e noturno, EJA (Educação de Jovens e Adultos - noturno) e alteração do Ensino Fundamental de bimestres para trimestres.

Também em 2009, o Colégio passa a ser estabelecimento de atendimento presencial do E-TEC Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), nos Cursos de Secretariado, Gestão Pública, Administração, Segurança do Trabalho. Esses cursos caracterizam-se na modalidade de Educação Profissional, no nível subsequente, ofertados de forma semipresencial. O Curso é realizado pelo Governo Federal, através do IFPR – Instituto Federal do Paraná.

No ano de 2011, o Colégio realiza um Adendo Regimental que altera a organização do Ensino Fundamental de Nove Anos, atendendo assim à legislação da SEED, conforme a normatização legal e a fundamentação teórica. O estabelecimento se prepara neste momento para receber os alunos oriundos da organização de nove anos.

Em 2014 o Ensino Fundamental está organizado com turmas do 6º Ano ao 9º Ano. O Ensino Médio está organizado com turmas dos 1º Anos e 2º Anos com progressão

regular por série e turmas de 3º Anos, organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, onde está sendo feita a cessação gradativa com finalização em dezembro de 2014.

3 ORGANIZAÇÃO E REALIDADE DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

3.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Mantido pelo Poder Público e administrado pela Secretaria de Estado da Educação, de acordo com o Regimento Escolar em seu Art. 55 sobre os Níveis e Modalidades da Educação Básica, o Colégio Estadual Pilar Maturana, oferta:

- Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano, regime de 9 anos;
- Ensino Médio: 1º ao 3º ano;
- E.J.A - Educação de Jovens e Adultos.

O Estabelecimento mantém de acordo com a sua especificidade, o Ensino Fundamental e Ensino Médio, de frequência mista em turno matutino, vespertino e noturno, e seriação anual.

As turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio encontram se assim distribuídas:

- **Matutino:** Ensino Fundamental 9º ano e Ensino Médio; assim distribuídos:
 - 05 turmas de 9º ano
 - 05 turmas de 1º Ano
 - 03 turmas de 2º Ano
 - 03 turmas de 3º Ano

ENSINO FUNDAMENTAL		
ANO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
9º	A	33
9º	B	33
9º	C	32
9º	D	30
9º	E	33

ENSINO MÉDIO

ANO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º	A	30
1º	B	27
1º	C	28
1º	D	29
1º	E	28
1º	G	32
2º	A	24
2º	B	28
2º	C	22
3º	A	23
3º	B	26
3º	C	22

- **Vespertino:** 6º a 9º ano do Ensino Fundamental; assim distribuídos:

- 05 turmas de 6º Ano
- 05 turmas de 7º Ano
- 04 turmas de 8º Ano

ENSINO FUNDAMENTAL		
ANO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
6º	A	27
6º	B	26
6º	C	27
6º	D	25
6º	E	22
7º	A	26
7º	B	30
7º	C	26
7º	D	27
7º	E	26
8º	A	27
8º	B	26
8º	C	30
8º	D	25

- **Noturno:** Ensino Fundamental e Ensino Médio; assim distribuídos:

- 01 turmas de 1º Ano

- 01 turmas de 2º Ano

- 01 turmas de 3º Ano

ENSINO MÉDIO		
ANO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º	F	28
2º	E	23
3º	D	25

Já na modalidade E.J.A, ofertada somente no período noturno, encontra-se assim distribuído:

Ensino Fundamental II – 37 alunos

Ensino Médio – 56 alunos

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ensino Fundamental – Anos Finais	37 alunos
Ensino Médio	56 alunos

Total de alunos na modalidade EJA – 93 alunos

O total de estudantes matriculados no colégio:

Ensino fundamental: 6º Ano ao 9º Ano – 527 estudantes.

Ensino Médio – 1º Ano e 2º Ano - 341 estudantes.

Ensino Médio – blocos – 97 estudantes.

E.J.A – 93 alunos

CELEM – 1 turma de P1 com 43 alunos

Sala de Apoio –

3.2 ASPECTOS FÍSICOS, MATERIAIS E HUMANOS EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS

Procurando sempre corresponder e garantir um serviço educacional de qualidade, busca-se distribuir os recursos materiais em espaços adequados:

3.2.1 Para Atendimento ao Aluno

- a) 03 Bebedouros elétricos - água gelada
- b) 01 pias para lavar as mãos.
- c) 02 lavatórios com 02 torneiras cada um para lavar as mãos
- d) 01 chuveiro elétrico.

3.2.2 Ambientes Pedagógicos

- 01 Sala para Administração / Secretaria
- 01 Sala para Biblioteca
- 01 Sala de Professores
- 20 Salas de aula
- 01 Laboratório de informática
- 01 Auditório
- 01 Ginásio de esportes
- 01 Sala multiuso
- 01 Sala de artes

3.2.3 Ambientes Administrativos

- 01 refeitório
- 01 cozinha
- 01 Dispensa
- 01 Sala com banheiro para uso das agentes educacionais
- 01 sala pequenas para almoxarifado
- 01 pátio coberto.

3.2.4 Complexo Higiênico-Sanitário

- 05 banheiros masculino

Banheiro nº 1 -..... pias... vasos sanitários

Banheiro nº 2 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 3 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 4 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 5 -pias... vaso sanitário no ginásio de esportes

- 05 Banheiros femininos

Banheiro nº 1 -..... pias... vasos sanitários

Banheiro nº 2 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 3 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 4 -pias... vasos sanitários

Banheiro nº 5 -pias... vaso sanitário no ginásio de esportes

3.2.5 Área Livre para Prática de Educação Física

O Colégio conta ainda com uma Quadra de Esportes, para a prática de Educação Física em perfeitas condições de uso. Além da Quadra de Esportes a escola conta também com um pátio coberto e um aberto que pode ser usado pelos professores de educação física como também pelos professores de outras disciplinas para o desenvolvimento de outras atividades educativas.

3.2.6 Biblioteca

Biblioteca, entendida como um espaço onde não apenas o aluno seja frequentador, mas também professores e a própria comunidade. Deve ser um local privilegiado para a prática pedagógica. Tem que ser organizada para se integrar com a sala de aula no desenvolvimento do currículo escolar.

3.2.7 Laboratório de Ciências

Ciência e Tecnologia são elementos essenciais para a transformação e o desenvolvimento da sociedade atual. As atividades de laboratório deverão auxiliar o professor no encaminhamento metodológico dos temas de estudo, proporcionando a participação ativa dos educando para facilitar a compreensão de conceitos e fenômenos.

3.2.8 Laboratório de Informática

O Colégio conta com um laboratório de informática equipado com computadores novos, para atendimento dos alunos durante o período de aula, como também para atender alunos fora do seu período de aula, sempre que este necessitar fazer trabalhos solicitados pelos professores.

3.2.9 Quadro Geral de Funcionários e Professores

EQUIPE DIRETIVA E PEDAGÓGICA			
NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
AGNALDO JOSÉ DE SOUZA	DIREÇÃO AUXILIAR	HISTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO METODOLOGIA DO ENSINO EM HISTÓRIA	QPM
CARMEM REGINA GOULART MOIANO	PEDAGOGA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO MODALIDADES DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	QPM
CLÍVIA SCHULTZ COSTANZI	PEDAGOGA	PEDAGOGIA	QPM
CRISTINA COSTA	DIREÇÃO AUXILIAR	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA COM HAB. ARTES CÊNICAS	QPM
DANIELLE LORENÇO	PEDAGOGA	PEDAGOGIA	QPM
DIRCELIA EMALISE DOMINGUES	PEDAGOGA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL	PSS

FERNANDA FURTADO DA ROCHA	PEDAGOGA	PEDAGOGIA	QPM
MARCO VANDERLEY BIANCHESI	DIREÇÃO GERAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	QPM
SANDRA VALÉRIA DOS SANTOS FIALLA	PEDAGOGA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO ESCOLAR	QPM
SILVANE REGINA HERDLER	PEDAGOGA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	QPM
VERA LUCIA JARENKO DA CRUZ	PEDAGOGA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	QPM

CORPO DOCENTE DO COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA

NOME	DISCIPLINA	FORMAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
ADILSON DAMASO DE OLIVEIRA SOBRINHO	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	PSS
ADRIANO OSVALDO PIRES	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS /INGLÊS ESPECIALIZAÇÃO LITERATURA BRASILEIRA	PSS
ANDRESSA GRACIETH VENTURA	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS ESPECIALIZAÇÃO LITERATURA BRASILEIRA/HISTÓRIA NACIONAL	QPM
ALESSANDRA BEATRIZ P. ZAVALA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO MATEMÁTICA MESTRADO MATEMÁTICA	QPM
ANA LÚCIA FERREIRA OSTROVSKI	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS-PORTUGUÊS ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA	QPM

ANA GABRIELA GASPARELLO B. VIEIRA	FÍSICA	OCEANOGRAFIA ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO AMBIENTAL MESTRADO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	PSS
ANGELITA DO ROCIO SCARPIN	BIOLOGIA	BIOLOGIA	PSS
ANTONIO INÁCIO SOUZA	CIÊNCIAS	BIOLOGIA ESPECIALIZAÇÃO ECOLOGIA HUMANA	QPM
CARLOS GUSTAVO DA MOTA FIGUEIREDO	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO EAD – ENSINO A DISTÂNCIA MESTRADO PROFMAT- MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA	QPM
CATIA ROBERTA SEVERGNINI SILVA	FILOSOFIA HISTÓRIA	FILOSOFIA ESPECIALIZAÇÃO METODOLOGIA DO ENSINO DE FILOSOFIA	PSS
DANIELA GALLAS MARIATH COSTA	QUÍMICA	QUÍMICA ESPECIALIZAÇÃO PROEJA	QPM
EDUARDO CORDEIRO UHLMANN	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	QPM
ELISABETE RODRIGUES	ARTE		QPM
EUZÉRIO DA SILVA JUNIOR	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO PARA PROF. ENSINO MÉDIO MESTRANDO EM MÉTODOS NUMÉRICOS PARA ENGENHARIA	PSS
FERNANDO APARECIDO FERREIRA DA ANDRADE	READAPTADO	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO ENSINO DE MATEMÁTICA	QPM
FERNANDO MALLMANN PRATES	ED. FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIALIZAÇÃO CIÊNCIAS DO TREINAMENTO DESPORTIVO	QPM
FRANCISCO CARDOZO DE OLIVEIRA	HISTÓRIA		QPM
GISLAINE PASCOAL BOARETTO	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS VERNÁCULOS/ LITERATURA. ESPECIALIZAÇÃO LITERATURA	QPM

		BRASILEIRA/CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E LITERATURA INFANTO JUVENIL	
GRACIELY MACEDO MARTINS	INGLÊS	LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS TRADUÇÃO E DOCÊNCIA ENSINO SUPERIOR	PSS
IRENE DO ROCIO SCHIOCHET MORAIS	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA GEOGRAFIA FÍSICA	QPM
JEAN CARLOS FAVORETTO TEIXEIRA	ARTE		PSS
JOSÉ FRANCISCO DE PAULA LUZ	ED. FÍSICA		QPM
LARISSA APARECIDA R. BROTTTO	LÍNGUA PORTUGUESA ESPANHOL	LETRAS PORTUGUÊS/ESPAHOL ESPECIALIZAÇÃO LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	QPM
LUIZ GUSTAVO BERSOUZA	HISTÓRIA FILOSOFIA SOCIOLOGIA	HISTÓRIA MESTRADO HISTÓRIA	QPM
MANOEL FERNANDES DE C. FILHO	ARTE		PSS
MANUEL MISSÃO	FÍSICA	FÍSICA	QPM
MARCELINO NUNES DE SOUZA	LÍNGUA PORTUGUESA LÍNGUA INGLESA	LETRAS (PORTUGUÊS/INGLÊS/ LITERATURA) LATO SENSU EM LÍNGUA PORTUGUESA STRICTO SENSU EM COMUNICAÇÃO SOCIAL E MÍDIAS DIGITAIS	QPM
MARI KUSSOMOTO	ARTE	ARTES ESPECIALIZAÇÃO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA ARTE.	QPM
MARILICE ZALESKI	HISTÓRIA SOCIOLOGIA	HISTÓRIA METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	QPM
MIRIAN CRISTINA CAMARGO	INTERPRETE		PSS
NELCI TEREZINHA OSOWSKI	GEOGRAFIA		QPM
NERICE TEREZINHA STREIT DE FARIA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO INTERDISCIPLINARIEDADE	QPM

PAULA ADRIANA FRANQUI	CIÊNCIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. ENSINO SUPERIOR	QPM
PAULA MARIELA MENEGUZZO	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL MESTRADO GESTÃO DO TERRITÓRIO	QPM
REJIANE DA SILVA FERREIRA	HISTÓRIA SOCIOLOGIA ENS.RELIGIOSO	HISTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	PSS
RITA DE CASSIA HASCHEL DE SOUZA	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS ESPECIALIZAÇÃO ENSINO SUPERIOR E ED. ESPECIAL	QPM
RITA DE CASSIA R. GUIMARÃES	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	PSS
ROBERTA ABATI	BIOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	QPM
RODRIGO H. PALMA	HISTÓRIA FILOSOFIA SOCIOLOGIA	HISTÓRIA METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	QPM
RAUL FERREIRA JUNIOR	GEOGRAFIA		PSS
RUBINE ANDRESSA IHABUINKI	QUÍMICA		PSS
SILMARA RUDEK	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA ESPECIALIZAÇÃO PROFESSORES DE MATEMÁTICA MESTRANDA.	QPM
SILVANA SILVIA DRUCIAK	INGLES	LETRAS: PORTUGUÊS/INGLÊS ESPECIALIZAÇÃO PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	QPM
SILVIA SOUZA SANTANA	BIOLOGIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS ESPECIALIZAÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL.	QPM
SIMONE MIRANDA ARCEGA	MATEMÁTICA		PSS
TALITA FRAGUAS	CIÊNCIAS		PSS
TANIA MARIA ROCHA	LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS: PORTUGUÊS/INGLÊS	PSS
UBIRATAN CESAR PEREIRA	ED. FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	PSS
		MATEMÁTICA	

VANESSA BELMUDE DE CARDOSO	MATEMÁTICA	ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ÊNFASE EM INCLUSÃO e ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EDUCACIONAL.	PSS
VIVIANE CRISTINA BALDINI	GEGRAFIA		PSS
VIVIANE DAS GRAÇAS MOCELIN	ARTE	ARTES CÊNICAS ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA	QPM
WALDEMAR ANDRADE NETO	ED FÍSICA	ED.FÍSICA ESPECIALIZAÇÃO CIÊNCIA DO MOVIMENTO HUMANO	QPM
WILLIAM SFORZA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	PSS
YURI ANDRÉ FREDERICO IWANKIW	HISTÓRIA	ESTUDOS SOCIAIS e HISTÓRIA	QPM

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA			
NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
ADRIANE TAVARES DA ROCHA	AGENTE I	PRÓ FUNCIONÁRIO	QFEB
ANDRÉIA GRACIANO	AGENTE II	ENSINO MÉDIO	PSS
CARMEM C. DOS S. DE LIMA	AGENTE II	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO PRÓ FUNCIONÁRIO	QFEB
CLAUDETE R. BARBOSA	AGENTE I		QFEB
DARIENE FERREIRA	AGENTE II	ADMINISTRAÇÃO	QFEB
DANIELE CAROLINE O. DE MORAIS	AGENTE I		PSS
ERCILIA PAUPITZ FERNANDES	AGENTE II		QFEB
GRAZIELA RIBEIRO DA SILVA	AGENTE II		QFEB
IRENE ROSELI G. DE SOUZA	AGENTE I		QFEB

LEDUINA DOS SANTOS	AGENTE I		QFEB
LEIDIANE G. DOS SANTOS	AGENTE II		QFEB
LOURDES DE O. ABRAÃO	AGENTE I		QFEB
MARGARETE GREIN	AGENTE I		PSS
MARIA AP ^a G. DOS SANTOS	AGENTE I		QFEB
MARIA ROSANGELA P. MARQUES	AGENTE I		QFEB
MARIA OLINDA C. RODRIGUES	AGENTE I		QFEB
MARCIA REGINA M. DE ELLWANGER	AGENTE II		PSS
POSIMAR A. T. MENEGHEL	AGENTE I		QFEB
SANDRA LÚCIA DE OLIVEIRA	AGENTE II		QFEB
SÔNIA DE LIMA	AGENTE I		QFEB
SUZANA PALMER SWOLINSKI	AGENTE II		PSS
TELMA LOPES	AGENTE I		QFEB
VERA LÚCIA RITHES	AGENTE I		QFEB

3.3 AS INSTANCIAS COLEGIADAS

3.3.1 Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil é a organização representativa dos estudantes do Colégio. Tem a finalidade de promover o relacionamento e a convivência entre os alunos, exercendo papel importante na formação e desenvolvimento educacional, cultural e político.

3.3.2 Conselho Escolar

Segundo o Regimento Escolar a Gestão Escolar, como decorrência do princípio Constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção o Conselho Escolar.

O Conselho Escolar é um fórum permanente de debates, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais e os encaminhamentos necessários à solução de questões pedagógicas, administrativas e financeiras, que possam interferir no funcionamento da mesma.

O Conselho Escolar encaminha ações que visam a organização e o funcionamento da escola, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais da SEED, responsabilizando-se pelas suas deliberações.

O Conselho Escolar é composto pelo diretor geral e por representantes da equipe pedagógica, dos professores, dos funcionários administrativos, dos funcionários de serviços gerais, dos alunos, dos pais de alunos, do Grêmio Estudantil, da APMF e dos movimentos sociais organizados da comunidade, sendo presidido pelo Diretor Geral.

3.3.3 APMF

É uma entidade jurídica de direito privado (sem fins lucrativos) que tem, dentre outros objetivos, o de discutir ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola-comunidade. Propõe ações em consonância com a proposta pedagógica para apreciação do Conselho Escolar.

É constituída pelos pais, ou responsáveis legais, Mestres (Professores) e Funcionários da unidade escolar, bem como ex-alunos, pais, professores e funcionários que manifestam o desejo de participar.

A APMF administra:

- a cantina comercial (local onde o aluno pode comprar lanches e bebidas autorizadas);

- uma fotocopiadora (xerox, para reproduzir textos solicitados pelos professores e materiais de interesse do aluno);

- o projeto Anjos da Escola (contribuição autorizada em conta de luz para apoiar atividades sócio-educativas do Colégio).

Os recursos obtidos são utilizados na sua manutenção e atividades educativas da escola.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

3.4.1 Ensino Fundamental e Ensino Médio Diurnos

Tendo em vista que a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola se constitui uma elaboração permanente, no decorrer do ano de 2005 (dois mil e cinco) e início de 2006 dois mil e seis, foi realizada uma pesquisa onde se levantou dados sobre a população atendida pela escola. Esse questionário subsidiou a caracterização da comunidade para a construção do Projeto Político Pedagógico naquele momento, sendo que na época, a comunidade manifestava interesse pela oferta de formação profissional e da EJA. A demanda de alunos para a educação profissional, conforme apresentada a partir desta pesquisa, permitiu posteriormente que o estabelecimento recebesse a autorização para a oferta dessas modalidades de ensino.

Com base na atualização/reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola no ano de 2014, realizou-se uma nova pesquisa com dados quanti-qualitativos sobre a comunidade local, o mesmo tratou de caracterizar dados relevantes sobre a comunidade atendida, como: a composição familiar, a participação da família na escola, a escolaridade dos componentes da família, organização da renda e contribuintes, ocupação profissional de cada integrante, atendimento à saúde e programas sociais, envolvimento com as questões da escola no que tange à consciência e participação nos órgãos colegiados da instituição.

A partir desta pesquisa foi possível perceber que quase 90% das famílias que responderam à pesquisa têm seus filhos matriculados no ensino fundamental e 53% no ensino médio. Ficou constatado que 48% das famílias participam das convocações do colégio, demonstrando interesse em participar da vida escolar dos filhos, fato este

relevante para o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que o apoio e o acompanhamento da vida escolar do estudante refletem em um maior aproveitamento das situações de aprendizagem. O que se faz nítido também quando 60% das famílias demonstram consciência da importância ao afirmarem saber da atuação do Conselho Escolar e da APMF.

Em relação ao tipo de moradia em que residem 64% das famílias afirmaram morar em casa própria ou financiada e 23% em casa alugada ou cedida, mais da metade dessas famílias são residentes do Bairro Alto, em Curitiba, local onde se encontra o Colégio Pilar Maturana. Algumas famílias que até este ano residiam no Bairro Alto em moradias irregulares às margens do Rio Atuba, foram realocadas em moradias populares no Bairro Santa Cândida e os alunos permanecem matriculados no Colégio. É importante destacar ainda, que muitos alunos moram em cidades da região metropolitana de Curitiba, sendo Pinhais e Colombo as duas regiões citadas. 63% dos alunos desta pesquisa moram com pai e mãe, 29% apenas com a mãe e 6 % com avós, tios ou cônjuges. Quanto ao mantenedor da renda familiar foi possível perceber, que poucos alunos, dos entrevistados, são trabalhadores, e dos que vivem com os ambos os pais, em grande parte pai e mãe trabalham para suprir as necessidades da família. Dos alunos que convivem apenas com a mãe, a mãe aparece sempre como trabalhadora. Em relação ao nível de escolaridade dos pais, ficou nítido que maioria dos pais e mães tem ensino médio completo, sendo uma parcela muito pequena representando pais com ensino superior. Suas ocupações profissionais condizem com o grau de escolaridade, como empregos de técnicos em diversas áreas, auxiliar administrativos, auxiliar de serviços gerais, vendedores, professores, entre outros. E com isso a média salarial das famílias está entre 1 a 2 salários, em 47% dos que responderam à pesquisa, e 45% entre 3 e 5 salários.

A partir da pesquisa foi constatado que muitas das famílias utilizam o sistema público de saúde, mesmo quando demonstrado que possuem outro plano de saúde. Apenas 8% das famílias afirmaram ser beneficiários de programas sociais como Bolsa Família.

3.4.2 Ensino Médio Noturno

As famílias dos estudantes do Ensino Médio, período noturno têm filhos no Ensino Médio noturno. Quanto à participação das famílias nas convocações para tratar de assuntos da escola, 10% não participam e 80% das famílias que responderam o

questionário afirmaram que sempre que são convocados comparecem às reuniões no Colégio.

Quanto à moradia, 74% das famílias vivem em casa própria e 26% das famílias residem em casas alugadas. Dos estudantes matriculados no Ensino Médio Regular, período noturno, 72% moram os pais e irmãos, 5% dos estudantes moram com os pais, irmãos e outros parentes, 18% dos estudantes moram com tios ou avós, 5% moram com a mãe e os irmãos e um pequeno grupo mora com a mãe e com o tio ou com o pai e irmãos.

Sobre a manutenção econômica da família, 50% das famílias tem o pai como provedor; 30% das famílias tem a mãe como provedora e 20% os provedores são o pai e mãe. E, também alguns filhos que trabalham contribuem para o suprimento familiar.

Quanto à vida profissional 65% dos pais trabalham; 10% são aposentados, 10% são desempregados realizando trabalhos autônomos. Entre as mães 75% trabalham e 20% estão desempregadas. A renda familiar mensal, 40% de um a dois salários mínimos. 40% de três a quatro salários mínimos e em média 5% têm renda familiar mensal acima de R\$2.500,00.

A religião das famílias do Ensino Médio, 55% das famílias são católicas, 30% são evangélicos, 10% as famílias frequentam duas religiões, como mãe evangélica e pai católico e 5% não frequentam nenhuma religião.

Quanto a escolaridade dos pais dos estudantes do Ensino Médio noturno, 50% concluíram o Ensino Médio, 50% das mães concluíram o Ensino Médio, 20% dos pais tem Ensino fundamental completo, 10% das mães tem o Ensino fundamental completo, 10% dos pais tem Ensino fundamental incompleto, 10% das mães tem Ensino Fundamental incompleto, 4% dos pais concluíram o Ensino superior e 1% é analfabeto.

Quanto a Assistência médica 30% das famílias tem um Plano de Saúde e os demais trata da saúde nas Unidades de Saúde Bairro Alto Atuba e alguns na Unidade de Saúde Pernetá.

Quando a conhecimento da APMF 30% dos pais conhecem a função da APMF, mas nunca participaram de reuniões e quanto ao Conselho Escolar os pais conhecem a função, mas não frequentam das reuniões, e não acessam o site do Colégio.

Quanto ao trabalho, 46% dos estudantes trabalham e contribuem com as despesas da família. 35% dos estudantes trabalham e não contribuem com as despesas da família. 19% dos estudantes não trabalham.

Dos estudantes que trabalham 45% dos estudantes são estagiários e recebem bolsa auxílio. 41% dos estudantes são registrados em carteira de trabalho e 2% dos estudantes trabalham com os pais em atividade desenvolvida pela família. A renda mensal dos estudantes, 40% recebem salário até R\$400,00; 34% dos estudantes recebem salário acima de R\$500,00 e 32% dos estudantes recebem salário de R\$1.000,00 ou mais.

No que se refere a importância que os estudantes atribuem aos estudos, 28% estudam porque consideram que estudar é importante para ter um futuro melhor. 16% estudam porque o ensino Médio oportuniza um emprego melhor e remuneração maior. 52% dos estudantes que concluir o ensino Médio e ingressar no ensino Superior.

Quanto à vida escolar 38% dos estudantes nunca reprovaram de ano; 34% reprovaram 1 ano de sua vida escolar e 34% reprovaram 2 anos ou mais. Os estudantes do período noturno declaram ainda que, escolheram estudar neste horário, 82% porque precisam trabalhar. 8% estudam a noite porque preferem e 10% dos estudantes não tiveram oportunidade de estudar no período noturno porque não tinha vaga no período diurno.

3.4.3 EJA – ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, matriculados no Ensino Fundamental Fase II, estão na faixa etária dos 15 anos aos 30 anos. 90% dos estudantes se matricularam na EJA devido ao atraso nos estudos e tem o objetivo de concluir esta modalidade de ensino 10% dos estudantes não tiveram oportunidade de estudar quando estavam em idade escolar. 46% dos estudantes pretendem dar continuidade aos estudos. 54% estão estudando porque o mercado de trabalho exige a escolaridade e porque querem ter uma vida melhor. Quanto ao estado civil, 95% dos estudantes do Ensino Fundamental são solteiros. 3% são casados 2% constituíram família, mas não são casados oficialmente.

Quanto à moradia 85% dos estudantes moram com os pais e irmãos, 5% dos estudantes moram com maridos ou esposa e filhos. 8% dos estudantes moram com parentes e 2% moram sozinho. Sobre o trabalho, 75% dos estudantes trabalham e contribuem para a renda familiar. 15% trabalham e não contribuem para a renda familiar. Os demais não trabalham.

Quanto à escolaridade dos pais 30% dos pais tem o Ensino Fundamental incompleto; 15% tem o Ensino Fundamental completo, 30% Ensino Médio incompleto 15% Ensino Médio completo e 10% dos estudantes não informaram a escolaridade dos pais.

Quanto à religião das famílias dos estudantes 45% são católicos, 20% são evangélicos e os demais pertencem a outras religiões (Batista, Cristã, espírita...).

3.4.4 EJA – ENSINO MÉDIO

Estudantes na faixa etária de 18 anos a 65 anos. Somam 40% os estudantes na modalidade Educação de Jovens e Adultos que não tiveram oportunidade de estudar no tempo que lhe era certo. Os demais tiveram atraso na escolaridade e querem concluir o Ensino Médio. Intenções futuras com relação aos estudos, 30% dos estudantes pretendem dar continuidade aos estudos. 58% dos estudantes precisam concluir logo o Ensino Médio porque o mercado de trabalho vem exigindo os estudos e porque almejam uma vida melhor para si e para os familiares. A maioria dos estudantes pretende ingressar em um curso superior ou em um curso técnico. 4% dos estudam tem interesse em melhorar os conhecimentos para viver melhor socialmente e 4% estudam por realização pessoal.

Quanto ao Estado civil, 54% dos estudantes são solteiros, 28% são casados e os demais constituíram família mais não são casados oficialmente. Os casados moram com suas famílias (esposo ou esposa, e filhos). E, os solteiros moram com os pais e com os irmãos. 3% dos estudantes moram com parentes e 3% moram sozinhos. 75% dos estudantes que trabalham contribuem com a renda familiar mensal. 23% dos estudantes da EJA, ensino Médio, não trabalha.

Esta pesquisa trouxe dados que permitem caracterizar a comunidade que o Colégio Estadual Pila Maturana atende, possibilitando novas investigações sobre as necessidades demandadas pela comunidade escolar.

3.5 OBJETIVOS DA ESCOLA

1. Oportunizar à comunidade escolar a vivência de uma perspectiva de educação, baseada na concepção histórica crítica, progressista e transformadora, visando a formação de um cidadão crítico e verdadeiramente atuante que possa contribuir na

construção da cidadania da sociedade a qual está inserido.

2. Valorizar a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões coletivas e na construção do Projeto Político Pedagógico, enquanto concretização da concepção democrática e emancipatória de educação.
3. Desenvolver uma gestão democrática fundamentada em processos de decisão coletiva, na socialização do conhecimento e na construção da cidadania.

3.6 O PEDAGÓGICO

3.6.1 Sala de apoio à aprendizagem

São ofertadas aulas na sala de apoio nas disciplinas de língua portuguesa e matemática para os alunos com defasagem de conteúdos de 6ºs e 7ºs anos, em contraturno. Uma turma para cada disciplina.

3.6.2 Projetos

Projeto Aluno “Nota 10”; Café Literário.

3.6.3 Pibid

Alunos da Graduação em Letras Português/Inglês da Universidade Federal do Paraná, acompanham as aulas da professora da disciplina no Ensino Médio. E ainda, alunos da Graduação de Matemática também da UFPR acompanham a professora da disciplina no Ensino Fundamental.

3.6.4 Processo Pedagógico

Quanto à organização do processo pedagógico do estabelecimento, os docentes e comunidade escolar consideram relevantes as ações feitas em reuniões pedagógicas, sobre a organização e estudo das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Da mesma maneira, os docentes entendem relevante a compreensão de que se utilizam de aulas expositivas, práticas e metodologias diversificadas.

No entanto, a comunidade escolar acredita ser necessário avançar quanto a conhecer e seguir os pressupostos do Projeto Político Pedagógico da escola que estão pautados nos princípios da participação, autonomia, trabalho coletivo e gestão democrática, porém, nos deparamos com algumas situações desafiadoras tais como: o envolvimento dos professores nas tomadas de decisões que busquem a melhoria da qualidade de ensino, a necessidade de organizar, planejar ações que correspondam aos anseios da comunidade escolar. Dentre essas ações implica participar e assumir responsabilidades em conjunto, através das quais podemos discutir, propor e elaborar ações que estejam ligadas ao interesse de um grupo maior.

De acordo com a comunidade escolar, é necessário avançar quanto à compreensão dos alunos sobre o papel e a função social da escola. Nesse sentido, há a necessidade de uma ação quanto a hábitos de estudos, através de intervenção da equipe pedagógica e equipe de professores, quanto à necessidade de organização das tarefas e atividades escolares, para melhor aproveitamento da aprendizagem.

Entende-se que as situações de faltas constantes de professores interferem de forma negativa no processo pedagógico, e que em relação a isso é necessário avançar, compreendendo e resguardando a saúde e qualidade de trabalhos dos profissionais, mas também resguardando qualidade do processo de ensino e aprendizagem do estabelecimento. Abaixo a matriz curricular das etapas de ensino ofertadas neste estabelecimento e o calendário escolar aprovado para o ano de 2014.

3.6.5 Matriz Curricular Ensino Fundamental

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Serações				GrupoDisciplina	O (*)
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	2	2	S	
2	CIENCIAS (301)	BNC	3	3	3	4	S	
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2	2	S	
4	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	3	3	3	S	

5	HISTORIA (501)	BNC	3	2	3	4	S
6	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	5	5	5	4	S
7	MATEMATICA (201)	BNC	5	5	5	4	S
8	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	1	1	0	0	S
9	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2	2	S

Total C.H. Semanal

25 25 25 25

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

3.6.6 Matriz Curricular Ensino Médio

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações			GrupoDisciplina	O (*)
			1	2	3		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	2		S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	2	2	2		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	0		S
5	FISICA (901)	BNC	2	2	2		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	2	2		S
7	HISTORIA (501)	BNC	2	2	2		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	3	2	3		S

9	MATEMATICA (201)	BNC	2	3	4		S
10	QUIMICA (801)	BNC	2	2	2		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2		S
12	L.E.M.-ESPANHOL (1108)	PD	4	4	0	Lingua Estrangeira Moderna	S
13	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2		S

Total C.H. Semanal **29 29 25**

3.6.7 Matriz Curricular Ensino Médio por Blocos

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Setações						GrupoDisciplina	O (*)
			1-1	2-1	3-2	4-2	5-3	6-3		
1	BIOLOGIA (1001)	BNC	4	0	4	0	4	0	S	
2	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	4	0	4	0	4	0	S	
3	FILOSOFIA (2201)	BNC	3	0	3	0	3	0	S	
4	HISTORIA (501)	BNC	4	0	4	0	4	0	S	
5	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	6	0	6	0	6	0	S	
6	ARTE (704)	BNC	0	4	0	4	0	4	S	
7	FISICA (901)	BNC	0	4	0	4	0	4	S	
8	GEOGRAFIA (401)	BNC	0	4	0	4	0	4	S	
9	MATEMATICA (201)	BNC	0	6	0	6	0	6	S	
10	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	0	3	0	3	0	3	S	
11	QUIMICA (801)	BNC	0	4	0	4	0	4	S	
12	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	4	0	4	0	4	0	S	

13	L.E.M.-ESPAÑOL (1108)	PD	4	0	4	0	4	0	Lingua Estrangeira Moderna	S
Total C.H. Semanal			29	25	29	25	29	25		

3.6.8 Calendário Escolar 2014

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA
COLÉGIO ESTADUAL PILAR MATURANA - Ensino Fundamental e Médio
 Rua Rio Guaporé, 1689, Bairro Alto - Fone: 3238-1132 - Curitiba-PR

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2014

Janeiro							Fevereiro							Março									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
				1	2	3	4						1							1			
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8			
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15			
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22			
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29			
01 Dia Mundial da Paz														03 e 04 Carnaval									
Abril							Maio							Junho									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7		
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14			
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21			
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28			
27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30								
12 Cons. Classe EM (bloco)							01 Dia do Trabalho							19 Corpus Christi									
18 Paixão							10 Cons. Classe EF							COPA: 12, 16 a 23 e 26/junho									
20 Páscoa							16 Encerramento 1º Trim. EF							(sem atividades escolares)									
21 Tiradentes							31 Cons. Classe EM (bloco)																
23 Encerr. 1º Bim. EM (bloco)																							
Julho							Agosto							Setembro									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4	5						1	2				1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13			
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20			
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27			
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30							
14 Encerr. 2º Bim. EM (bloco)							07 Dia Agentes Educ. de Escola							06 Cons. Classe EF									
							23 Atividades "Dia do Folclore"							07 Independência									
							(Professores e alunos M-T-N)							08 Padroeira de Curitiba									
														09 Encerramento 2º Trim. EF									
Outubro							Novembro							Dezembro									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
			1	2	3	4							1				1	2	3	4	5	6	
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13			
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20			
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27			
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31						
04 Cons. Classe EM (bloco)							02 Finados							13 Cons. Classe EF / EM (bloco)									
09 Encerr. 1º Bim. EM (bloco)							15 Proclamação da República							17 Encerr. 2º Bim. EM / 3º Trim. EF									
12 N. S. Aparecida							20 Dia Nac. Consciência Negra							19 Emancip. Política do PR									
13 Comem. Dia Professor (15/out.)														25 Natal									
Início/Término das Aulas							Dias Letivos							Férias / Recesso Docentes									
Planejamento / Replanej.							Ens. Fundam. e Médio Regular							janeiro/férias 30									
Férias							1º trimestre 68							julho/recesso 14									
Recesso							2º trimestre 64							dez/recesso 14									
Semana Pedagógica							3º trimestre 70							outros recessos 2									
Reunião Pedagógica							Total Geral 202							Total 60									
Conselho de Classe							Ensino Médio - Bloco							Férias Discentes									
Plano Brigada Escolar							1º Semestre (1º bim.) 53 53							janeiro 30									
Jogos Copa em Curitiba							1º Semestre (2º bim.) 38 38							fevereiro 9									
Jogos Brasil na Copa							2º Semestre (1º bim.) 63 63							junho/julho 14									
Sem. Int. Comun./Escola							2º Semestre (2º bim.) 48 48							dezembro 14									
Atividades Dia do Folclore							Total Geral 202 202							Total 67									
Término/Início Semestre																							

TURNO / HORÁRIO DE AULAS:

MANHÃ: 07h25 as 11h50
(Intervalo: 15 minutos)

TARDE: 13h10 as 17h35
(Intervalo: 15 minutos)

NOITE: 18h30 as 22h50
(Intervalo: 10 minutos)

3.6.9 Resultados Educacionais

TAXA DE APROVAÇÃO (%)

2012	Total de aprovados	APCC	Taxa de Reprovação	Taxa de abandono
6º ano	67,26	48,68	30,97	1,77
7º ano	77,11	61,72	18,07	4,92
8º ano	82,58	50,78	16,77	0,65
9º ano	66,86	59,13	32,56	0,58

2013	Total de aprovados	APCC	Taxa de Reprovação	Taxa de abandono
6º ano	81,16	40,18	18,84	0
7º ano	76,36	57,14	23,64	0
8º ano	84,25	44,72	15,75	0
9º ano	75,16	55,08	24,20	0,64

PROVA BRASIL – ÍNDICES

2009			
	ESCOLA	PARANÁ	BRASIL
Português	240,27	246,28	236,96
Matemática	244,57	250,97	240,29

2011			
	ESCOLA	PARANÁ	BRASIL
Português	244,5	243,2	267,6
Matemática	257,5	251,9	273,9

IDEB

	2009	2011	2013
ESCOLA	3,8	3,8	3,9
PARANÁ	4,1	4,0	4,1

METAS PROJETADAS

2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5,5

A partir dos dados expostos é possível concluir que apesar de não estarmos longe das médias estaduais e nacionais, se faz necessária uma reflexão crítica coletiva em torno destes resultados, principalmente quando se refere aos números referentes à aprovação por conselho de classe nos últimos dois anos. É preciso uma reflexão permanente sobre os mecanismos metodológicos utilizados em sala de aula, sobre o currículo em ação e sobre quem é o sujeito no processo ensino-aprendizagem, pois, certamente ao melhorarmos os dados que estão mais próximos de nossa prática, os índices nacionais e estaduais se apresentarão mais positivos nos próximos anos.

No plano de ação, elaborado e reelaborado anualmente pela equipe profissional e pela comunidade, por meio dos órgãos representativos, na perspectiva da gestão democrática, sente-se o compromisso pela educação pública de qualidade e para uma formação humana integral, na qual o estudante é protagonista e a relação professor-aluno se consolida numa perspectiva linear e o conhecimento será consequência de um processo de construção a partir do marco conceitual neste documento fundamentado.

4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola enquanto instituição educativa tem como função social ensinar conteúdos historicamente acumulados pelos homens. Contudo, sabemos que o processo educativo perpassa por uma conjuntura muito complexa que requer análise constante. Neste sentido, é indispensável que os envolvidos no processo pedagógico, tenham claro os

princípios norteadores da prática educativa. A escola inserida em um dado momento histórico visa, então, atender as necessidades criadas pelos homens deste contexto que embora, de continuidades e rupturas apontam para a construção de uma sociabilidade capaz de responder e lidar com o mundo atual.

Nesse interim, compete-nos apresentar os elementos que norteiam o processo educativo desta instituição, as relações entre escola e sociedade, trajetória da escola pública brasileira e o contexto atual, tendência pedagógica orientadora bem como as demais considerações acerca da prática educativa, a fim de que se tornem compreensíveis aos sujeitos que nela estão inseridos.

A escola foi criada por uma necessidade humana. Por isso ela é histórica e tendo ela uma história é importante ressaltar as finalidades dessa criação. Se considerarmos o modelo de escola que temos hoje devemos de analisar um complexo de relações estabelecidas nas contradições postas pela atual sociedade.

Entretanto, na história da humanidade e mais especificamente do Brasil, vimos essa trajetória imbricada desde o advento do capitalismo, numa relação antagônica de classes, que conseqüentemente revelam tais contradições. “A educação, como todo campo social, é palco de uma série de embates de caráter ideológico”. (DUARTE, 2004, p. 76). Certamente, a **escola** deste século reflete o quadro econômico, político e social de onde vivemos. Contudo, a atividade educativa é uma dentre tantas que se responsabiliza pela educação, de fato, não como “salvadora” do mundo, mas como peça de uma engrenagem social.

De fato, mudanças ocorrem no mundo do **trabalho**, e se tomamos por base o modo de produção material entendemos que a mundialização da economia, a competitividade internacional, bem como a ascensão da era **tecnológica** leva-nos as modificações dos padrões de produção e consumo. Segundo Antunes, hoje estamos vivendo a realidade do consumo destrutivo e supérfluo gerador de necessidades múltiplas, mas ao tempo de imensa exclusão, ou seja, cada vez, mais se produz produtos com menor durabilidade para que haja circulação rápida de compra e venda no mercado.

Paralelo, a essa conformação sabemos que **historicamente**, o Brasil como país de origem colonial, foi e ainda é influenciado por **teorias educacionais** de outros países. No período de 1549 a 1759, tivemos uma estrutura educacional marcada pela educação jesuítica. Os jesuítas vieram para o Brasil no ano de 1549 com o objetivo de difundir a fé católica e catequizar os índios que aqui viviam. Segundo Piletti (1985 p. 170), a escola de primeiras letras foi um dos instrumentos que lançaram mão os jesuítas para alcançar seu

objetivo mais importante a difusão e a conservação da fé católica entre os senhores de engenho, colonos, negros, escravos e índios.

A educação nesses parâmetros se estendeu até o ano de 1759, quando os jesuítas foram expulsos devido aos conflitos de interesses entre o governo português e os interesses religiosos. Da expulsão dos jesuítas até a chegada da Família Real em 1808, a educação centrou-se na substituição dos interesses da fé pelo interesse do Estado. A partir disso, a preocupação fundamental do governo no que tange a educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país. Houve a abertura de cursos superiores isolados, especialmente de Engenharia e Medicina.

A República instaurada em 1889, não herdou do Império um sistema articulado de ensino, a educação era restrita a uma pequena elite. O ensino primário era de responsabilidade da província, o secundário ficava a cargo da iniciativa privada, a organização era de aulas avulsas.

Ora, essencial torna-se a compreensão do processo histórico e humano que culmina na **sociedade** contemporânea. A escola pública criada no século XIX explica porque e para quem foi instituída. O **conhecimento** que dependendo do contexto toma significados distintos, ainda cumpre a condição de desvendar a realidade, objetivando nesse espaço impelir os homens a lutarem pelos seus “direitos” ou ainda por condições dignas de humanização. Entretanto, a escola feita para os trabalhadores não podia e para muitos, talvez ainda não possa, desvelar o verdadeiro conhecimento. Utilizando uma lógica alienante, incute no sujeito uma falsa moral, de cidadão cumpridor de seus deveres ou ainda como afirma Souza (2009, p. 9):

[...] a educação burguesa continuou trilhando seu caminho e executando seu papel de formadora do homem cidadão capitalista até a contemporaneidade. E nos séculos que se seguiram, após a institucionalização da escola pública, continuou exercendo essa função de educadora desse cidadão “moralizado”, “virtuoso”, “domesticado”, ainda nos tempos atuais. Um homem pretensamente livre, individualista e consumidor alienado.

Com isso compreende-se que o processo histórico, em que se estabelecem as relações humanas, explicita também suas falhas, suas contradições e as possibilidades de superá-las. Ao entender a escola como espaço para a socialização do **conhecimento**, tomamos por base que a apropriação do conhecimento e sua interação com a realidade se dá através de uma mediação intencional e o professor tem papel essencial nesse processo, logo isso não aconteceria espontaneamente.

Como mencionado, o conhecimento historicamente produzido pelo homem é determinante do que ele se tornou. Para que o ser homem possa se tornar humano, ele precisa apropriar-se da riqueza humana, ou seja, apropriar-se de tudo que os homens já produziram espiritual e materialmente ao longo dos anos. Ao nascermos potencialmente humanos, faz-se necessário possuímos essa gama de conhecimento ou conceitos que obrigatoriamente se dá através daqueles que nos ensinam o que histórica e socialmente já existe. Como afirma Oliveira (2005, p.25) “o homem transforma-se de biológico em sócio histórico, num processo em que a **cultura** é parte essencial da constituição da natureza humana”.

Segundo Silva (2013), é válido destacar que a educação brasileira recebeu fortes influências, especialmente dos Estados Unidos. Estas ideias marcaram as teorias e tendências a respeito da pedagogia brasileira e por isso, numa abordagem **curricular** precisamos considerar as tensões que o constitui.

Nesse sentido, pensar a escola implica compreender uma nova qualidade do trabalho curricular, ou ainda, se há mudanças, contradições, tensão, diversidade, precisa-se de uma nova forma de ensinar.

No livro Escola Democracia, Saviani (1989), aborda as diferentes **tendências** que se delinearão no Brasil a partir do século XX. O autor faz uma classificação das teorias críticas e não críticas para evidenciar as tendências fundamentaram a prática pedagógica nas escolas brasileiras ao longo da história. As tendências pedagógicas denotam um conjunto de didáticas e pedagogias que possibilitam a organização da prática educativa, sendo esta fundamentada numa determinada teoria.

Em crítica a tendência tradicional, tecnicista e nova, nos anos 80 surge uma nova tendência pedagógica: a **Pedagogia Histórico-Crítica**. Ciência da educação que encaminha a ação pedagógica pautada no método dialético. Sendo assim, para ser histórico-crítica precisa reconhecer que a educação é determinada socialmente, mas também admitir que ela possa transformar as condições sociais. Saviani por vezes considera que a Pedagogia Histórico-Crítica e **dialética** são sinônimos e que só não usa o termo “dialético” porque, de um lado, há muito simplório que não sabe o que “dialético” quer dizer, pensando que dialética é a mesma coisa que dialógico e, de outro, há muito iluminado que pensa que já sabe o que dialético quer dizer, e, portanto, não pergunta, assim impedindo que se explique.

Sendo assim, a responsabilidade da escola no cumprimento da função educativa é especificamente combater o discurso presente que procura camuflar com argumentos

educativos, acerca da melhoria dos homens e da sociedade, o caráter profundamente desumano das relações capitalistas de produção. (DUARTE, 2004, p. 80).

De fato, ao sabermos que a escola pública foi criada para os trabalhadores, para de uma forma conservadora impor-lhes uma adaptação ao novo modo de produção estabelecido, fica evidente o papel da escola nessa sociedade. Compete a esta imbuída da investigação da sua realidade, ou ainda de toda trajetória que a constituiu, sinalizar o que realmente pode e deve fazer. Descartada a gama de atribuições produzidas pelo próprio sistema, de promotora da transformação do mundo a mera reprodutora da ordem social, resta dizer que essencialmente a função social da escola consiste em:

[...] propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc.. que se constituem patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade, contribuindo, assim, para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano... (TONET, 2005, p.9)

Entretanto, a escola pública para, além disso, precisa também se constituir num campo de luta pela construção de uma nova sociedade, ou seja, a necessidade criada consequentemente para essa escola, a superação do que está posto. É necessário, pois, uma luta para além de ideais, uma luta fundada na defesa de uma educação que abdique o que a classe dominante incutiu historicamente através do processo formativo do indivíduo, por meio de uma educação geral e técnica contribuindo para que o homem moderno defendesse e garantisse a ordem social capitalista, conduzindo esse **homem** a uma educação que não o permite reconhecer a luta de classes, não permite enxergar-se na sua real condição social e consequentemente, não o oportuniza conhecimentos para que possa lutar contra a exploração, as injustiças, a manipulação alienada, por fim, é preciso transformar a escola num campo de luta pela superação da sociedade capitalista, ou ainda pela luta essencial que é educar para a humanidade.

4.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – HISTÓRIA E CONCEPÇÕES

4.2.1 Concepção de Ensino e Aprendizagem

A relação de ensino e aprendizagem ocorre de forma interativa entre professor e aluno, em que ambos são sujeitos ativos nesse processo. Professor e aluno são seres concretos (sócio históricos) situados numa classe social – síntese de muitas interações.

Para tanto, pressupõe como metodologias de ensino estratégias diversificadas, tais como: discussões coletivas e em pequenos grupos, debates, leituras, trabalhos individuais e em grupo, entrevistas, etc.

Compreendemos que os métodos adotados nas práticas desse estabelecimento, buscam orientar-se através da prática social dos sujeitos envolvidos. Toma como início do processo pedagógico a identificação do objeto a ser apreendido é feita pelo aluno, para que se consiga problematizar a prática. Através da instrumentalização, isto é o momento de apropriação dos conteúdos (ferramentas culturais) pelos sujeitos envolvidos, para que possam compreender a realidade em que estão inseridos. Após apropriar-se dos conteúdos, os sujeitos expressam a sua compreensão acerca do que apreenderam, expressando a conscientização acerca daquele objeto de estudo. Finalmente, busca-se que os alunos tenham, no final desse processo, novamente a prática social, e possam nela, interferir ativamente e transformá-la.

Nesse processo, a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento se dá de forma dialética, pois são mediados pelas relações histórico sociais, são desvelados através dos conteúdos.

4.2.2 Concepção de Avaliação

No contexto educacional brasileiro a prática avaliativa, vem recebendo conotações diferenciadas considerando-se as tendências pedagógicas apregoadas em cada momento histórico. Ao longo desse processo, a cultura avaliativa foi se delineando, muitas vezes de forma equivocada e contraditória, estabelecendo-se, na prática uma verdadeira dicotomia entre educação e avaliação.

A avaliação numa abordagem histórico-crítica enfatiza conteúdos, procedimentos de ensino e avaliação, não havendo supremacia entre eles onde se deve considerá-los uma unidade. O maior desafio dessa concepção é pensá-la e numa abordagem crítica, visando profissionais que atuam há muitos anos numa abordagem humanista ou conservadora.

A escola tem como principal responsabilidade a prática do saber, sendo facilitadora deste processo a avaliação escolar.

O processo de avaliação deve ser percebido como ajuda para melhorar aquilo que o sujeito se propõe a fazer. Então, para isso é necessário ter clareza em saber o que se quer enquanto professor e onde se espera que o aluno chegue.

No entender de Luckesi (1999. p. 43) “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser um instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

Partindo do princípio e da importância de assumir a escola como um espaço de direito do cidadão e como um espaço onde atuam sujeitos sócios culturais e históricos que se formam mutuamente das relações sociais, a avaliação é um processo que permite a análise, o conhecimento, o diagnóstico, a medida e/ou julgamento do conjunto de conhecimentos adquiridos pelo estudante.

Os educadores passaram então, a perceber a necessidade de compreender a integração entre educar e a ação de avaliar, como dois momentos relacionados na prática pedagógica.

A avaliação não pode assumir um caráter classificatório e seletivo, deixando de cumprir sua verdadeira função de diagnosticar o processo ensino - aprendizagem, de estar, portanto, a serviço da construção do melhor resultado possível, apontando indicativos de alternativas pedagógicas que viabilizem a apropriação do conhecimento pelos alunos.

Ao se pensar a avaliação nessa perspectiva para compor a proposta pedagógica da escola, implica na compreensão de que se fala não só de aferição de nota, mas de relações que perpassam, simultaneamente, os campos da avaliação, da didática, da relação entre professores e aluno, da organização pedagógica da escola, do resgate de qualidade do ensino.

Nesta compreensão, a avaliação da aprendizagem escolar não será um ato pedagógico isolado, mas sim um ato integrado com todas as outras atividades pedagógicas, assim, enquanto se ensina se avalia, ou, enquanto se avalia se ensina. No ato de ensinar, está contido o avaliar, na perspectiva de rever continuamente o processo, retomando com novas alternativas e dinamizando, desta forma, a construção do conhecimento.

A avaliação, nessa concepção, é entendida enquanto ato diagnóstico e formativo, com uma ação contínua vinculada à especificidade da escola, à competência técnica do educador e ao seu compromisso político. Está, portanto, diretamente ligada à aprendizagem dos conteúdos, e à metodologia adotada. A avaliação deve identificar as dificuldades dos alunos para que o professor possa rever sua metodologia proporcionando a aprendizagem.

Assim, num processo educativo onde a metodologia de ensino privilegia a

construção interativa e crítica do conhecimento pelo aluno, a avaliação terá um caráter de acompanhamento desse processo, enfatizando a qualidade da reelaboração e produção de conhecimentos apreendidos por cada aluno e dinamizando novas oportunidades de conhecimento.

Entende-se que a avaliação formativa é um componente obrigatório neste processo de mudanças, pautada na regulação individualizada das aprendizagens, na diferenciação das intervenções didáticas e dos encaminhamentos pedagógicos, na diversidade de estratégias e de ritmos de aprendizagem.

O maior objetivo da nossa proposta pedagógica é concretizar e garantir a aprendizagem de todos. Nesse trabalho, o professor assume o papel de pesquisador que investiga quais problemas os alunos enfrentam na construção dos conceitos, das atitudes e dos procedimentos que compõem o plano curricular, identificando possíveis causas e propondo novas possibilidades de aprendizagem.

O Projeto Político da Escola na sua legitimidade de construção afirma que a Escola jamais deixará de conscientizar o aluno sobre a função da aprendizagem/conhecimento.

Dentro do apoio legal, encontra-se a própria LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9394/96 de 20/12/96), que endossa esta postura avaliativa, abrindo espaço para que se faça uma releitura do processo de avaliação até então adotado e recomenda em seu artigo 24, inciso V, alínea a, a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período, sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação passa, então, a ter um outro sentido não se avalia a capacidade do aluno de reter informações, mas a capacidade de dar sentido a estas informações, dando respostas adequadas a diferentes problemas.

Para formalização dessas avaliações utilizaremos os Conselhos de Classe previstos no calendário escolar, antecipados pelo pré conselho no decorrer do trimestre em curso, onde serão levantados todos os dados pertinentes ao processo de aprendizagem, bem como o pós conselho a fim de organizar o trabalho pedagógico necessário a cada aluno e turma.

Tendo em vista as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos durante o processo, torna-se necessário ofertar a recuperação que é um direito previsto na legislação vigente a fim de oportunizar a revisão dos conteúdos não adquiridos em forma de oferta de recuperação paralela (concomitante ao período letivo), de forma simultânea, durante a carga horária da disciplina, apoiando os alunos com maior

necessidade desenvolvendo atividades complementares de aprendizagem.

Toda a atividade proposta em sala de aula é passível de verificação de aprendizagem, sendo registrado em livro próprio, pontuando numericamente cada produção, a fim de aferir a média necessária, conforme a legislação vigente.

A oferta das salas de apoio de aprendizagem para os sextos anos conforme instrução 05/2005 SUED/SEED também visa uma ação pedagógica para enfrentamento dos problemas relacionados a aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática no que se refere a recuperação de conteúdos de leitura, escrita e cálculo , fazendo parte do processo avaliativo.

Por meio da análise e observação das diversas produções do aluno, com formas das mais variadas, o professor poderá diagnosticar os avanços, bem como, detectar as dificuldades apresentadas para a retomada dos conteúdos. Assim, o processo de recuperação de estudos, será concomitantemente ao período letivo, constituindo um conjunto integrado ao processo de ensino. O resultado de cada etapa escolar, estabelecido aqui em trimestres, será comunicado aos pais e alunos, por meio de boletins individuais e entrevistas previamente agendadas com o professor e equipe pedagógica, por área de conhecimento, em hora atividade, conforme previsto no regimento escolar.

Enfim, o que se propõe a partir da construção deste Projeto Político Pedagógico é uma cultura avaliativa baseada no compromisso do professor com a aprendizagem de todos os alunos, acompanhando o educando na sua trajetória de construção do conhecimento, pelo domínio dos fundamentos científicos tecnológicos, pela compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, da língua materna como instrumento de comunicação, pelo exercício de sua plena cidadania.

A partir do exposto a Escola propõe uma concepção mais ampla de avaliação, procurando analisar o processo educacional como um todo, delineando seus limites e avanços, para traçar novas metas e retomar seu processo pedagógico no decorrer do percurso educativo, cada vez que se fizer necessário.

Os critérios estabelecidos trimestralmente, pelo professor, devem prever no mínimo 4 atividades diferentes para avaliação a cada trimestre no Ensino Fundamental e Médio, sendo divididos em provas oral e escritas, trabalhos, seminários, debates, simulado, pesquisas, avaliações práticas de educação física, no laboratório de informática, e no laboratório de ciências.

4.2.3 Concepção de Currículo

A organização curricular do Colégio Estadual Pilar Maturana é disciplinar. O currículo disciplinar dá ênfase a uma escola como lugar de socialização do conhecimento.

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares. Um currículo de qualidade aposta na autonomia intelectual dos educadores para gestar uma escola pública de qualidade e emancipadora, resgatando a função da escola como espaço de aprendizagem, de produção de saber cultural que questiona o que aprender, para que aprender, o que ensinar e como ensinar.

A escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de uma transformação emancipadora.

O currículo como configurador da prática, produto de ampla discussão entre os sujeitos da educação, fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar é a proposta destas Diretrizes para a rede estadual de ensino do Paraná, no atual contexto histórico.

Embora se compreendam as disciplinas escolares como indispensáveis no processo de socialização e sistematização dos conhecimentos, não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares. A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares são condições para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

Na opção por um currículo que trabalha com a totalidade de conhecimento historicamente produzido pela humanidade, citada acima, automaticamente há a renúncia ao enfoque individualista e, portanto, fragmentado e superficial de tratamento ao conhecimento.

4.2.4 Conceito de Infância e Adolescência

Busca-se na perspectiva Vigotskiana conceituar infância sob o ponto de vista do desenvolvimento da aprendizagem, etapa esta anterior à adolescência que necessita de um olhar atencioso, pois na infância o estudante tem suas primeiras vivências escolares.

[...] a partir da concepção construtivista de aprendizagem escolar, esse conhecimento não é nem uma cópia do mundo, nenhum descobrimento solitário, mas é uma construção que o indivíduo realiza mediante a sua atividade mental, atividade que ele desenvolve para identificar, estabelecer relações, generalizar, em definitivo, para fazer aprendizagens significativas que lhe permitam desenvolver suas potencialidades. (MOSHMAN, 1982; MONEREO, 1995, p. 135).

Na fase da adolescência ocorre há uma busca de personalidade, de liberdade, de realização pessoal. Busca-se identidade, contesta-se. O adolescente gosta de viver em grupos e sente necessidade de se auto-afirmar, de amar e ser amado. É inconstante nas atitudes e emoções. É a idade das transformações, de mudanças rápidas e profundas que muito influenciam no seu comportamento com relação à família, à religião e à sociedade. (FIER; JOSÉ, 2007).

Cabe destacar que a concepção de adolescência começa a ganhar identidade, pois conforme apontam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o termo juventudes faz menção ao jovem ou adulto que cursa a Educação Básica, numa perspectiva contemporânea que entende o jovem com identidades próprias, singulares ou coletivas, enquanto sujeito histórico que atua na realidade.

A entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nessa fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, que a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, que começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural. (MEC, p. 15).

4.2.5 Conceito de Letramento

A concepção de letramento, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, é vista de maneira contextualizada onde o mundo da escrita vai além da alfabetização, ou seja, o educando não aprende a ler e escrever de forma dissociada da realidade, é preciso que o ato da leitura permita a interpretação do mundo e das relações sociais que se estabelecem. Desta forma, “apropriar-se das habilidades que possibilitam ler e escrever

de forma adequada e eficiente, nas diversas situações em que precisamos ou queremos ler ou escrever.” (SOARES, p. 22, input SEED, 2010).

Portanto, letramento é processo de internalização dos saberes ao longo da vida, pensado sob a ótica da formação humana integral, desde o ingresso na vida escolar o educando vivencia práticas de leituras diversas que fornecerá a este possibilidades de interpretar o mundo que o cerca, cerceado nos pilares da ciência, da cultura, do trabalho e da tecnologia.

4.2.6 Conceito de Gestão Escolar

Os objetivos da organização escolar visam ao cumprimento de sua função de socialização do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade. A escola, enquanto organização social é parte constituinte e constitutiva da sociedade na qual está inserida. Dessa forma, a gestão escolar deve ser vista como a mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos, bem como pela busca de seus objetivos. Portanto, a gestão escolar deve voltar-se para a transformação social contrapondo à centralização do poder na instituição escolar, primando pela participação dos educandos, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão da escola.

A gestão democrática da escola deve assumir uma importante função pedagógica, promovendo pessoas democráticas e solidárias e permitindo a construção de um projeto coletivo de escola. Em dois momentos da vida escolar, a gestão democrática mostra-se particularmente importante: na construção do Projeto Político Pedagógico e no exercício do ensino e da aprendizagem na sala de aula. (MEC, p. 39)

Uma educação emancipadora que considere o direito de todos os sujeitos à **formação humana integral** necessita repensar os diferentes procedimentos de ensino, de modo que se orientem pela ideia de democracia e que a busquem como um fim.

4.2.7 Conceito de Trabalho Pedagógico na Escola

A educação é um instrumento no processo de humanização, o trabalho deve aparecer como princípio educativo. Isto quer dizer que a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de

treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas em diferentes graus, pelo mundo do trabalho na sociedade moderna, mas sim que a educação pode ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla.

Analisar o processo educacional a partir de reflexões teóricas para compreender a nossa realidade, significa refletir sobre as contradições da nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas e empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos homens em sociedade.

O trabalho pedagógico deve partir da análise de problematizações, visando a conscientização de valores humanos, a vivência constantemente recriada de conteúdos culturais e buscando formas democráticas de interação social. Portanto, a concepção de educação deve contemplar uma visão de futuro que considera a condição humana como objeto essencial de todo trabalho pedagógico.

4.2.8 Formação Continuada

As profundas modificações pelas quais o mundo vem passando nas últimas décadas têm acarretado mudanças sociais e, automaticamente, mudanças no sistema de ensino. Entre as causas destas alterações citamos o avanço da ciência e da tecnologia, o impacto da informatização, a globalização da economia, novos modelos de organização do trabalho e formas emergentes de organização social, preocupados com a melhoria da qualidade de vida.

Mudanças estas, que por sua vez, exigem transformações educacionais, traduzidas na nova legislação de ensino (LDB), as quais, conseqüentemente, incidiram em inovações na prática pedagógica e na transformação dos profissionais da educação.

Esteve (1991, p. 100), resume assim, o papel de vários fatores contextuais em relação ao desenvolvimento da função docente:

A mudança acelerada do contexto social influi fortemente no papel a desempenhar pelo professor no processo de ensino, embora muitos professores não tenham sabido adaptar-se a estas mudanças, nem as autoridades educativas tenham traçado estratégias de adaptação, sobretudo em nível de programas de formação de professores. O resultado mais evidente é o desajustamento dos professores relativamente ao significado e alcance do seu trabalho.

Deve ser levado em conta, ainda, que hoje não se concebe um aluno passivo, mas que seja sujeito da aprendizagem e da própria história, que desenvolva a capacidade de pensar crítica e criativamente, que seja apto para obter informações e interpretá-las adequadamente, que construa e reconstrua o saber, que saiba definir o seu destino e dele participar ativamente.

Tal mudança de concepção do processo educativo torna ainda mais difícil o trabalho da escola e, especialmente, o do professor, que precisa contornar todas as limitações encontradas no ambiente de trabalho. Tem-se que admitir que, apenas a transmissão do conhecimento não pode e não deve justificar o trabalho do professor, pois o momento histórico está a exigir outra mentalidade, outro modo de ser e agir.

Continuar aprendendo durante toda a vida é exigência não só para os alunos, mas para todas as pessoas que estão inseridas no mundo do trabalho, na vida social e escolar. A LDB, 9394/96 em consonância com essa demanda atual do mundo do trabalho, afirma em seu artigo 67, que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando - lhes "aperfeiçoamento profissional continuado" e "período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho", o que confirma a necessidade da hora/atividade para o professor na escola.

O uso das horas/atividades em nossa escola tem sido aproveitado para que parte da formação continuada aconteça através de encontros de docentes por área de conhecimento, orientados pela equipe pedagógica e pela direção. Precisamos ampliar, entretanto, no contexto escolar estes espaços de reflexão da prática pedagógica, onde os professores, equipe pedagógica, direção e funcionários tenham possibilidade de trocar experiências, falar de suas dificuldades, desenvolver atividades de estudos, revendo e alimentando assim a sua prática pedagógica, reservando tempo específico do calendário escolar para que isto aconteça pelo menos uma vez ao mês.

A proposta, de formação amplia a visão de que a educação como o ser humano é "inacabado" como diz Paulo Freire, renova-se dia a dia e avança rapidamente na sociedade hoje, provocando um processo ininterrupto de atualização. Isto aponta para a necessidade de se investir cada vez mais na capacitação continuada do professor e de todos envolvidos no processo da educação, no sentido de prepará-los para novas perspectivas de ação, subsidiando-os na transformação de sua prática, para que possam

re-significar os conteúdos, seu modo de trabalhá-los e avaliá-los no dia a dia da educação.

Assim, para que nosso Projeto Político Pedagógico, seja um processo dinâmico de educação continuada dos professores, equipe pedagógica, direção e funcionários, é preciso uma mudança de cultura profissional, que permita um clima cooperativo, mantendo a todos motivados e envolvidos.

O papel profissional e o que se espera de cada um deve estar claro para todos. Esse é o primeiro passo para construir essa cultura profissional de responsável e séria. Só teremos melhoria na educação, quando se conquistar a qualificação dos professores, equipe pedagógica, direção e funcionários, aliada a tão esperada valorização do profissional.

4.2.9 Conceito de Educação Inclusiva

A Constituição Federal (1988) e a LDB estabelecem que a educação direito de todos garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Nesta perspectiva inclusiva da educação e sabendo-se que cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, torna-se imprescindível que nossa escola esteja preparada para lidar no seu interior com as diferenças. Muito embora toda sua arquitetura constituísse em barreiras implacáveis para a efetivação imediata da educação inclusiva. Será preciso readaptá-la para trabalhar a unidade na diversidade.

Para tal, faz-se também necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidade, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com as necessidades específicas. Cada indivíduo, com padrões específicos de desempenho, é dotado de um potencial que, bem orientado, pode permitir quase sempre a sua auto-realização.

A nova proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela declaração de Salamanca, a qual proclamou entre outros princípios, o direito de todos a educação, independente das diferenças individuais. Esta Declaração teve como referência a Conferência Mundial sobre a Educação para todos. A educação inclusiva propõe que toda as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculados na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos, para tanto, valer-mos das diferentes modalidades (classe especial, classe comum, sala de recursos, professores itinerante) devem ser criadas no interior das escolas regulares. Elas se caracterizam como alternativas de procedimentos didáticos e específicos e adequados às necessidades educacionais desses alunos e implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

Apesar de nossa escola, não atender as especificações físicas necessárias, não poderá desconsiderar esse desafio, porém, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. Para uma proposta pedagógica baseada nos princípios de inclusão, devemos também discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e dos pais não participarem. Uma boa proposta valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições.

4.2.10 Concepção de Sociedade

Ao apresentar a concepção de sociedade, temos que levar em consideração as constantes e rápidas transformações que têm ocorrido nos últimos anos, na dinâmica da vida das pessoas, dos grupos sociais e das instituições.

Vivemos em tempos de profundas contradições e, sobretudo, numa condição em que os avanços científicos e tecnológicos são apropriados e ordenados pelos detentores do capitalismo. Essas ferramentas são usadas com vistas ao lucro, em detrimento das mínimas condições de vida e da garantia dos direitos mínimos à maioria da população mundial.

Neste contexto, o ser humano é restrito à venda de sua força de trabalho, pois não detém os meios de produção, estando então, nesta condição, subsumido aos condicionantes do capital.

O contexto globalizado e as reformas neoliberais não têm como centro as questões sociais (essas não são prioritárias). Assim, temos as diferenças, as injustiças e as desigualdades. Mas, contraditoriamente, pouco se veem ações efetivas que busquem qualificar a vida humana em suas dimensões, inclusive quanto à emancipação política e social. Há de se buscar, na sociedade atual, a promoção da diminuição das injustas e profundas diferenças sociais causadas pelo capitalismo.

A partir da década de 90, mais especificamente no Brasil, as políticas sociais se pautam, também, na reestruturação social e econômica, organizando-se e atendendo às necessidades do capital, numa sociedade em transformação, com vistas à inserção nesse mundo globalizado.

No plano ideológico, por sua vez, a sociedade atual apresenta-se inserida num ideário que:

Se afirma de todas as formas, mormente mediante as poderosas redes de informação, (...) estamos iniciando um novo tempo – o tempo da globalização, da modernidade competitiva, da reestruturação produtiva e da reengenharia – e do qual estamos defasados e devemos irreversivelmente nos ajustar [...]. (FRIGOTTO, 2001, p. 72).

No campo das relações de trabalho e formação humana, sob os signos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, são assumidas novas concepções como fim do trabalho formal, flexibilidade, descentralização, pedagogia das competências, flexibilização, acumulação flexível, entre outros conceitos.

Mediante esse contexto, a educação é cobrada, pela sociedade, em “dar conta” das aspirações e necessidades sociais da modernidade, em formar o homem atual para a vida em sociedade, para atender às necessidades do mundo contemporâneo.

4.2.11 Concepção de Cultura

Desde as origens da educação, entendida sob a ótica da prática formal escolar, discutiu-se, mesmo que sob outras denominações, quais conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades aquela instituição deveria disponibilizar aos educandos.

Esses conteúdos, no entanto, não estão alheios á forma como a sociedade se organiza, estando inseridos no contexto social.

A concepção de *cultura*, conforme afirma GOHN (1999), é sabidamente alvo de muitas acepções ao longo da história, assim:

Sabemos que o termo cultura possui muitas acepções, foi interpretado de várias formas ao longo da história e tem posições diferenciadas nos vários paradigmas explicativos da realidade social. No senso comum, o termo é associado ao estudo, à educação - escolaridade, ou ao mundo das artes, aos meios de comunicação de massa, ao mundo do folclore, lendas crenças e tradições passadas, ou ainda, a períodos e etapas da civilização humana.

SANTOS apud GOHN (1999) sistematizou as concepções sobre cultura em dois blocos, ou seja, ligada com os aspectos da realidade social, a tudo aquilo que se relaciona à existência de um povo, de uma nação etc. A segunda tem uma ligação direta com o conhecimento, com o mundo das idéias e das crenças, as maneiras como estas últimas existem na vida social. (GOHN, 1999, p. 22-23).

A concepção de cultura não pode ser reduzida, sendo que o tema constituiu-se como políticas da vida social, e na construção cultural.

Para tanto, parte de uma configuração da situação em que se encontram as relações entre educação e sociedade, desenvolvendo em seguida considerações sobre o necessário redimensionamento de seu papel, em face das exigências postas pela significação da condição humana, fundada na iminente dignidade dos seres humanos como pessoas sendo objeto de estudo de diversos autores. No século XX, são apontados autores como Max Weber, Karl Manheim, Mauss, Gramsci, Lévi – Strauss, Taylor, Malinowski, entre outros. Entre os autores contemporâneos, destacam-se Bourdieu, Habermas, e Adorno. No Brasil, são relevantes os trabalhos de autores como Mário de Andrade, Gilberto Freire, Florestan Fernandes.

[...] a cultura passou a ser vista como tendo um caráter relacional, com sentido e significados construídos nos processos de interação. A identidade cultural de um grupo é construída neste processo, e há uma tensão constante entre os significados e os sentidos que um grupo ou movimento social procura atribuir/construir via suas práticas, e os outros significados e sentidos de outros grupos/movimentos. Isto ocorre porque as relações de poder não aludem apenas às relações de força física, material. A cultura é também uma força, enquanto uma prática plena de significados. Ela demarca diferenças porque estas são produzidas no interior dessas práticas de significações. O exercício das práticas produz continuamente novos significados, pois muitas vezes está se procurando demarcar as diferenças de outra forma. O preconceito racial, por exemplo, é uma diferença carregada de negatividade, que busca separar, segregar, excluir. Contra ela, os grupos organizados lutam e procuram construir outros significados para a questão da raça, baseados em valores positivos. Ao fazer isso, geram identidade a partir da demarcação de campo de suas diferenças. (GOHN, 1999, p.34-35).

A reflexão acerca da concepção de cultura apresentada permite compreender ser a cultura como a forma de uma determinada sociedade, num determinado período histórico, perceber o mundo em que vive.

4.2.12 Concepção de Educação

A compreensão do que é a Educação apresenta-se como pressuposto filosófico que fundamenta o trabalho deste estabelecimento de ensino. A partir da compreensão do fenômeno educativo, é possível apresentar as demais bases conceituais do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Pilar Maturana.

A Educação apresenta-se como elemento maior, enquanto área de conhecimento, constituindo-se parte das ciências humanas. Segundo SAVIANI (1997):

[...] a educação é inerente à sociedade humana, originando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação. A humanidade se constituiu a partir do momento em que determinada espécie natural de seres vivos se destacou da natureza e, em lugar de sobreviver adaptando-se a ela, necessitou, para continuar existindo, adaptar a natureza a si. Em consequência do fenômeno acima apontado, o homem tem de se apropriar da natureza e transforma-la de acordo com suas necessidades, sem o que ele perece. E a forma de sua existência é determinada pelo modo como ele a produz ou, já que o homem só existe em sociedade, a forma da sociedade é determinada pelo modo como é produzida a existência humana em seu conjunto. (SAVIANI, 1997, p. 01).

No entender de Brandão (1986), a Educação é um fenômeno humano, isto é, todos os homens se educam, e só eles o fazem. Portanto, os indivíduos, os grupos, a família, a sociedade, a história, o mundo, enfim, todas as diversas faces da existência humana têm em si imbricadas o fenômeno educacional.

4.2.13 Concepção de Trabalho

Pensar em educação remete à percepção de que se trata de um fenômeno da própria existência humana, na relação do indivíduo com todos os elementos de sua existência. Brandão (1986), afirma:

Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes, com este ou aquele tipo de sociedades e culturas, sem Estado, com um Estado

em formação ou com ele consolidado, entre e sobre as pessoas. (BRANDÃO, 1986, p. 09).

Desta forma, a Educação se dá em todos os espaços sociais e em todos os momentos de interação do ser humano com o meio onde vive. Acompanha a existência humana, e permite ao homem transformar-se e transformar o mundo em que vive, adaptando-o a si. Neste movimento, modifica o seu redor e modifica a si mesmo. Muito mais que modificar, transmite valores, símbolos, conceitos, e diversos outros elementos de geração a geração. Constitui-se como uma ação a partir do momento em que pressupõe movimento, e permite ser concebida então, como ação educativa (SAVIANI, 1991).

Também, de acordo com Saviani (1991), o trabalho é o elemento que diferencia o homem dos demais animais, sendo a Educação, simultaneamente, “uma exigência ‘do’ e ‘para’ o processo de trabalho”. Assim:

A compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos, sobre o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 1991, p.29-30).

A acepção de Saviani (1991) permite a reflexão da natureza da ação educativa, como a ação tal capaz de formar em cada “indivíduo singular” as características e propriedades humanas, através de uma segunda natureza; possibilita acreditar no crescimento do ser humano, na constituição da sua “humanidade”.

Estamos longe da conscientização necessária para a vivência do respeito às diversidades. Estamos longe da efetivação dos direitos legais, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4.2.14 Concepção de Escola

De acordo com uma concepção progressista de educação, a escola não é vista como “redentora” dos problemas sociais. Mas compreendemos que a escola, em especial a escola pública, como um espaço social responsável pela apropriação do saber historicamente produzido e acumulado pelos homens, de geração em geração, em diferentes sociedades.

Assim, com essa importante função social, a escola tem uma importância legítima, podendo trazer, em si, o caráter de transmitir às camadas populares possibilidades de apropriação crítica e histórica do conhecimento. Sendo assim, esses conteúdos fundamentais para a transformação dessa realidade.

A construção do Projeto Político Pedagógico próprio, elaborado e assumido coletivamente, torna-se imprescindível para garantir a qualidade esperada no processo educativo, e para garantir que a escola cumpra seu papel social. Segundo VEIGA (1995):

O Projeto Pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidos por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político pedagógico coletivo. (VEIGA, 1995, p.28).

No contexto da sociedade brasileira, a escola democrática deve instrumentalizar o aluno para uma participação mais ativa no processo político cultural. Para isso, precisará elaborar seu plano curricular de acordo com os avanços científicos e tecnológicos, considerando a cultura local, os valores para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e também, a realidade social política e econômica de cada momento histórico. Segundo Saviani (1998):

A escola existe, pois para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber... Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é um cultura letrada. ... A primeira exigência é aprender a ler e escrever, aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. SAVIANI, 1998, p. 23).

Levando em conta estes parâmetros, a função da escola é de socializar o saber historicamente acumulado, permitindo o acesso e a permanência do aluno à escola, para que ocorra a apropriação do conhecimento, tendo em vista a compreensão da realidade

humano social. Isto implica retirar o foco do projeto educacional do mercado de trabalho e colocá-lo sobre os sujeitos. Não sujeitos isolados, mas sujeitos singulares cujo projeto de vida se constrói pelas múltiplas relações sociais, que só pode ocorrer à medida que os projetos individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído.

Pela escola, o cidadão não só avança na capacidade de interpretar a realidade, mas, sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com esta realidade de forma crítica, consciente e produtiva.

Tudo isso implica em posicionamento filosófico, em definições de princípios educacionais, que expressam esta nova visão de homem e de sociedade que se quer construir e que fundamentam o Projeto Político Pedagógico.

4.2.15 Concepção de Tecnologia

Na sociedade atual, ciência e tecnologia interferem de forma cada vez mais acelerada no rumo da sociedade. Entendemos que, para inserir a tecnologia na educação, não se deve apenas inserir novas ferramentas tecnológicas na escola, mas trazer ao docente, nas suas reflexões e ações, a consciência de seu papel em uma sociedade tecnológica.

Na tentativa de uma explicação racional da realidade, o homem desenvolveu a ciência e também a tecnologia, conforme Brito (2008):

O desenvolvimento da ciência associou-se ao desenvolvimento tecnológico, isto é, a tecnologia é a aplicação do conhecimento científico para obter-se um resultado prático. O homem criou ciências e tecnologias (desde a roda até o computador) que trouxeram mudanças significativas em suas relações com outros seres humanos e com a natureza [...]. (BRITO, 2008, p. 22).

4.2.16 Concepção de Ciência

Concebemos a ciência como a construção do conhecimento científico em um processo histórico, contextualizado em um tempo e espaço definidos, e, portanto, suscetível a mudanças. Entendemos que os conceitos científicos são elaborados pelo ser humano diante de suas necessidades concretas de existência e que, nesse processo de construção, cada novo conhecimento gera conflitos, exige escolhas.

Ciência pode ter uma amplitude de conceitos quando se define num contexto global, pensando-se na escola pública, é preciso ater-se ao conceito de que a ciência é,

conforme Basso, 2011, p. 117 “complexo empreendimento que tem lugar em contextos específicos configurados, e por sua vez configuradores de valores humanos que se refletem nas instituições culturais, políticas e econômicas.”

4.2.17 Concepção de Cidadania

A educação escolar é a primeira que se configura enquanto direito social. Carvalho (2004) aponta que, no entanto, ela se encontra fora desta sequência histórica de direitos, pois tem sido considerada historicamente como um pré-requisito para a existência dos demais direitos.

Para tanto, é preciso pensar e estimular uma educação voltada para o exercício contínuo da Cidadania. Desde a fase escolar mais básica, participando das decisões da escola, também em grêmios escolares, organizações estudantis etc., podemos pensar uma educação emancipatória e que, por isso, realize a possibilidade de todas as instâncias sociais participarem e influenciarem (ou se omitirem) nas dinâmicas da sociedade de forma plena e consciente.

4.2.18 Concepção de Escola Pública

Cabe a escola pública garantir a todos um bom ensino e saberes que possa refletir na vida dos alunos, preparando-os para a vida adulta. Partindo da interação do professor e da participação ativa do aluno a escola deve possibilitar a aquisição de conteúdos – trabalhar a realidade do aluno em sala de aula, para que ele tenha discernimento e poder de análise da sua realidade de maneira crítica, racional e que promova a socialização do educando para que tenha uma participação organizada na democratização da sociedade. Saviani alerta para a responsabilidade do poder público, que é o responsável pela criação e avaliação de projetos no âmbito das escolas do estado e município, uma vez que este é o responsável pelas políticas públicas para melhoria do ensino, visando a integração entre o aluno e a escola.

Ao conceber a escola pública enquanto espaço de democracia, construção da cidadania, diálogo, construção de saberes e ciência, se faz necessário também estar

ciente que é este um espaço de poder e território de luta de classes, não se pode deixar de lado esta consciência crítica. Quando se fala em escola pública, no contexto da pedagogia histórico crítica, a gestão democrática precisa ser atuante e definidora dos processos da gestão, pois, conceituar sociedade, homem, educação consiste conceituar a escola que queremos.

4.2.19 Concepção de Conhecimento

A proposta pedagógica do Colégio Estadual Pilar Maturana, compreende a teoria de Lyev S. Vygotsky. A teoria Vygostkyana se assenta em pressupostos histórico – sociais e constituiu uma contribuição importante para o entendimento da produção na consciência (KLEIN, 2000, p. 03).

As dimensões do conhecimento escolar se assentam em “como os alunos aprendem”, “como os professores ensinam” e “quais conteúdos devem ser ensinados”. De acordo com Klein (2000):

A sociedade produz a realidade histórico – social, incluso aí o universo conceitual que a representa – e, ainda, as formas de pensamento que lhe são próprias. Nesse sentido, o fator determinante da formação da consciência são as condições histórico – sociais, ou seja, a forma como os homens estão, naquele momento histórico, produzindo a sua existência real. Sob esta perspectiva, o conhecimento se dá pela inserção do aluno nas práticas sociais que definem os objetos de conhecimento próprios desta sociedade, e, neste caso, a experiência cotidiana acaba sendo, na verdade, o grande mestre. Contudo, nem por isto a escola perde a sua importância, uma vez que nosso cotidiano nem sempre contempla todas as práticas que o conjunto da sociedade produz ou, ainda, porque algumas práticas são realizadas, no cotidiano, de uma forma não espontaneamente compreensível. Nestes dois casos cabe à escola, isto é, ao professor, a transmissão dessas práticas de uma forma organizada e intencional - muito diferente, portanto, da forma assistemática e espontânea do cotidiano. (KLEIN, 2000, p.4).

Assim, compreendemos que o conhecimento, resultante dos processos e intervenção humana, não são imediatamente socializados. O conhecimento resultante das atividades específicas se revela em expressões teóricas nem sempre acessíveis a quem está aprendendo esses conhecimentos. Para tanto, esses sujeitos realizam, segundo KLEIN (2000), a reconstrução de processos cuja compreensão requer um conjunto de referências que estão além da atividade prática imediata do indivíduo. Daí a sistematização do conhecimento em conceitos formais de caráter universal e o processo de ensino como instrumento de divulgação desse conhecimento.

4.2.20 Concepção de Homem

"Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)" Paulo Freire – 1921 / 1997.

As identidades de homens e mulheres são formadas pelas experiências do meio em que vivem e se modificam conforme se alteram as relações sociais, principalmente as relações do mundo de trabalho. Tendo em vista a diversidade destes educandos, com situações socialmente diferenciadas, é preciso que a EJA proporcione seu atendimento por outras formas de socialização dos conhecimentos e culturas.

Em se tratando de mundo, a inclusão social e a diversidade além de constar no currículo, deve estar em sala de aula. Educandos especiais devem ter prioridade a metodologias educacionais específicas que possibilitem seu acesso, permanência e êxito no espaço escolar.

Pessoas idosas que buscam ampliar e desenvolver seu conhecimento, e/ou tem interesse em oportunidades de convivência e realização social apresentam temporalidade específica, o que as faz merecer atenção especial no processo educativo

Sociedades são criadas e transformadas pelas pessoas, educadas para suprimirem a consciência ingênua e formarem a consciência política. Para Paulo Freire, o pior analfabeto é aquele que não sabe ler o mundo. A EJA deve estar voltada para a conscientização em vencer primeiro o analfabetismo político, depois ensinar ao aluno ler o seu mundo a partir da sua experiência, do seu meio.

A cultura é um elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade e, neste sentido, tem duplo caráter: remete o indivíduo a sociedade e é, também, o intermediário entre a sociedade e a formação do indivíduo (Adorno, 1996).

A cultura abarca toda a produção humana (música, obra literária, hábitos, costumes, sistemas morais, entre outros), inclui, também o trabalho e todas as relações que ele perpassa.

Visto que a escola não é o único espaço de produção e socialização dos saberes, a própria experiência do aluno constrói concepções de homem, de mundo, de sociedade e de cultura.

Normalmente valores e virtudes já estão bem estabelecidos, sendo apenas discutidos para abordagem de novos conceitos e pontos de vista.

4.2.21 Concepção de Gestão Democrática na Escola

A gestão democrática da educação, prevista em legislação, ainda é, de acordo com a comunidade escolar, um desafio permanente. A Constituição Federal, em seus Artigos 205 e 206, e também, a LDB (nº 9.394/96), em seu artigo 3º - no inciso VIII, apresenta que dentre os princípios de ensino, destaca-se a “gestão democrática do ensino público”. Dessa maneira a atual LDB aponta que “os sistemas de ensino” definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os princípios que seguem:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação da comunidade em conselhos escolares ou equivalentes.

O Colégio Estadual Pilar compreende como gestão democrática a possibilidade de todos participarem nas decisões e definições de prioridades no ambiente escolar, sempre com vistas ao cumprimento das relações de ensino e aprendizagem, isso é, de formar os sujeitos. Como diz PARO (1997):

Se a verdadeira democracia caracteriza-se dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 1997, p. 56).

Esse agir coletivo, no cotidiano da escola, constitui um grande desafio para romper com relações de poder e atuar no enfrentamento de todas as questões que excluem e marginalizam , organizando para que todos tenham voz no espaço escolar.

Para que todos tenham acesso a essa democracia, é fundamental que a qualidade no processo de ensino e aprendizagem seja premissa. Apenas participa da cidadania aqueles que, democraticamente, são dotados dos conhecimentos necessários para ter acesso a ela.

No sistema estadual de ensino do estado do Paraná, conforme a Deliberação 14/99, do Conselho Estadual de Educação (CEE-PR), o projeto político pedagógico e a proposta pedagógica tem, como base, relações democráticas, pautadas na autonomia administrativa e pedagógica.

Sempre é possível avançar nas práticas de gestão democrática na escola, a través da construção coletiva das decisões e aspectos da organização do estabelecimento. A participação de toda comunidade e o fortalecimento das instâncias colegiadas possibilitam, via conselhos escolares, conselhos de classe, grêmio estudantil, APMF, processo de eleição direta de diretores, formas de efetivação da democracia real na escola. A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência do projeto político pedagógico.

4.2.22 Desafios Educacionais Contemporâneos

Em todos os locais e grupos sociais encontramos formas diversas de preconceitos. Infelizmente, muitas vezes estes preconceitos são tão comuns que se tornam banais. Com alunos da EJA a situação não é diferente: sempre temos alunos com raciocínio rápido e aqueles que demoram para compreender o conteúdo. Facilmente educandos se minimizam, e neste momento a figura do professor deve aparecer e mostrar que existem diversos tipos de inteligências. Claro que as dificuldades não devem ser ignoradas, mas tratadas com maior atenção.

Preconceitos e atos discriminatórios devem ser discutidos e as respostas devem ser buscadas junto com os alunos para enfrentamento do problema. Por exemplo, no caso do Bullying, pesquisas podem ser aprofundadas e apresentadas em seminários. É importante que os conhecimentos adquiridos não fiquem restritos a sala de aula: seja levado a família, locais de trabalho e sociedade.

5 **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

5.1 AVALIAÇÃO

Os critérios estabelecidos trimestralmente, pelo professor, previstos no plano anual de trabalho docente, prevendo para cada objetivo um instrumento avaliativo necessário

para a aprendizagem dos conteúdos da disciplina, bem como proporcionar no mínimo 04 (quatro) atividades diferentes para avaliação à cada trimestre. Sendo divididos em duas (02) avaliações escritas com valor trinta (3,0) cada uma, somando sessenta (6,0) pontos e os quarenta (4,0) pontos restantes divididos entre dois trabalhos de vinte (2,0) pontos cada um, tais como: seminários, debates, pesquisas, desenvolvimentos de projetos, etc. Para a EJA a cada 25% da carga horária das disciplinas de História, Geografia, Biologia, Química, Física e Inglês , nas disciplinas de Arte, Filosofia , Sociologia e Educação Física , a carga horária é de 50% e para as disciplinas de Língua portuguesa e Matemática 06(seis) registros de notas, Língua Portuguesa e Literatura 04(quatro) nas disciplinas de História, Geografia, Ciências, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia; 02 (dois) registros de notas nas disciplinas de Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física.

5.2 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

O processo de recuperação de estudos tem por lógica pedagógica recuperar os conteúdos não apropriados e não os instrumentos de avaliação. Ou seja, os diferentes instrumentos de avaliação serão vias para perceber os conteúdos que não foram apreendidos e que deverão ser retomados no processo de recuperação de estudos. A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem, ao longo de cada trimestre, sendo organizada da seguinte forma: uma recuperação envolvendo os conteúdos das avaliações escritas com valor sessenta (6,0), e uma recuperação dos conteúdos avaliados com os trabalhos realizados pelos alunos, com valor quarenta (4,0) valendo no decorrer do ano letivo, sendo organizada com atividades significativas por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, devendo indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

5.3 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe deve refletir a ação pedagógico-educativa e não apenas se ater a notas ou problemas de determinados alunos. No Conselho de Classe, deve-se avaliar a aprendizagem, avaliando também o ensino. O Conselho de Classe do Colégio Estadual Pilar Maturana divide-se em três momentos:

Pré-conselho é o levantamento de dados da avaliação diagnóstica, para nortear o planejamento; dados sobre situações específicas das disciplinas; levantamento individual da situação de aprendizagem dos alunos e de indisciplina; levantamento de faltas, evasão escolar, levantamento de dados para encaminhamento da ficha FICA e Rede de Proteção; organização de ações dos professores, pedagogas e direção; convocação das famílias; fornecer dados para a organização do Conselho de Classe e do Pós-conselho, norteados a organização do trabalho pedagógico da escola; todos os profissionais devem trazer suas dificuldades, experiências que deram certo e sugestões de ações a serem desenvolvidas; o Conselho de Classe é a reflexão acerca dos resultados obtidos; planejamento de ações para a superação dos resultados; reflexão acerca da prática pedagógica; reflexão sobre avaliação (avaliação como mediação entre o ensino do professor e a aprendizagem do aluno); análise dos dados do pré-conselho.

O pós-conselho de Classe é a organização das ações coletivas propostas no conselho de classe (que podem variar de um conselho para outro dependendo das dificuldades apresentadas pelos alunos); análise dos resultados levantados no Conselho de Classe; reflexão sobre a prática pedagógica e replanejamento e análise dos resultados com as turmas e com os pais dos alunos.

5.4 MOSTRA CULTURAL, CIENTÍFICA E ESPORTIVA

5.4.1 Métodos e Estratégias de Ação

A semana Cultural, esportiva e feira de ciências acontecerá anualmente no segundo semestre letivo e contará com atividades:

- Projetos com temas abrangentes e que poderá ser desmembrado em temas menores, que serão definidos no início de cada ano letivo pelo corpo docente do colégio, e será desenvolvido ao longo do ano junto aos alunos durante as aulas do professor representante da turma. Este projeto deverá constar do planejamento anual de todos os professores atuantes no colégio.

- Torneios Esportivos nas modalidades que estiverem sendo trabalhadas, de acordo com o conteúdo.
 - Elaboração da programação detalhada das atividades a serem realizadas a cada dia, bem como a atribuição de responsabilidades na operacionalização das mesmas.
 - Promover a divulgação do calendário e programação da Mostra Cultural, com antecedência para envolvimento de todos e ciência do processo.
- As atividades realizar-se-ão num período de 3 dias consecutivos, no semestre, a serem definidos no início do ano letivo, quando da elaboração do calendário escolar.

Objetivos:

- Promover o entrosamento entre as diferentes séries e turmas.
- Oferecer aos alunos oportunidades de manifestar-se através de diferentes formas de expressão.
- Ampliar a visão do mundo através das diferentes formas de expressão da cultura.
- Levar ao conhecimento da comunidade escolar a produção do aluno nas diversas áreas do conhecimento através da exposição de trabalhos.
- Estimular a pesquisa como forma da construção do saber.
- Valorizar a produção do aluno como exteriorização do conhecimento aprendido.
- Proporcionar ao aluno um espaço para análise e a crítica através da observação dos trabalhos expostos.
- Oportunizar ao aluno situações onde possa perceber-se como produtor de conhecimento.
- Promover o saber estético e ético na produção e preparação dos standers.

Métodos e estratégias de ação:

Os trabalhos a serem apresentados durante a realização da Mostra Cultural serão elaborados no decorrer do ano letivo.

- Dentro de cada disciplina o professor definirá em sua proposta de trabalho a forma de apresentação dos mesmos.
- A realização da Mostra Cultural dar-se-á de acordo com planejamento detalhado, feito em conjunto pela equipe pedagógica e corpo docente.
- A escolha de data deve constar no calendário anual escolar.

5.5 ASPECTOS A SEREM TRABALHADOS COM OS ALUNOS

DIREITOS

- O direito de ter as cinco aulas diariamente.
- Direito a estudar em um ambiente tranquilo, limpo, agradável e que propicie uma aprendizagem efetiva.
- Direito a avaliações diferenciadas.
- Direito a recuperação dos conteúdos.
- Direito a ser respeitado.

DEVERES

- Pontualidade. Trabalhar com os alunos a importância de chegar no horário na entrada e após o intervalo.
- Material completo. Os alunos devem trazer cadernos individuais, encapados identificados, e numerados, reservando um determinado número de páginas para a organização das datas de avaliações e datas de provas.
- Respeito aos colegas, professores, funcionários e equipe pedagógica.
- Organização e limpeza do ambiente.
- Respeitar o ensalamento.
- Cumprir as atividades propostas em sala de aula e em casa.
- Não utilizar equipamentos eletrônicos no ambiente escolar.
- Não trazer balas, chicletes, doces, etc.

5.6 ASPECTOS A SEREM TRABALHADOS COM OS PROFESSORES

- DIREITOS

- Reuniões periódicas com os professores e equipe pedagógica. Que os professores sejam informados sobre eventuais problemas, transtornos, deficiências ou dificuldades familiares dos alunos. Que os professores sejam informados através da pasta ou outro meio sobre reuniões com os pais. Ser respeitado por alunos, funcionários e equipe em geral.
- Participar das decisões e receber informações.

DEVERES

- Pontualidade e assiduidade.
- Respeito as normas da escola. Garantir a organização, zelando pelo patrimônio do Colégio.
- Cobrar dos alunos a limpeza da sala, não deixar giz no quadro, apagar a luz, desligar o ventilador e fechar a porta, sendo o último a sair da sala. Cobrar o ensalamento em todas as aulas. Proibir o uso de equipamentos eletrônicos. Que os professores tenham acesso ao Projeto Político Pedagógico informando-se sobre as normas do Colégio.
- Respeito aos alunos, equipe de professores, funcionários e equipe pedagógica, utilizando conceitos éticos acima dos valores individuais.
- Elaborar e dirigir o planejamento de ensino, segundo a proposta pedagógica do Colégio, responsabilizando-se por sua execução.
- Informar à equipe pedagógica sobre eventuais problemas que interfiram no trabalho em sala de aula.
- Planejar e organizar as aulas visando ao aprendizado do aluno. Avaliar o aluno de diferentes formas e garantir a recuperação dos conteúdos.
- Trabalhar em equipe e participar das reuniões pedagógicas, elaborando estratégias construtivas através da troca de experiências.

5.7 ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE

A articulação com a comunidade está articulada nas seguintes frentes:

- CONSEG: participação ativa junto aos conselhos de segurança e NUDEC (Núcleo Comunitário de Defesa Civil do Bairro Alto (Curitiba) para consecução de políticas públicas de segurança comunitária e escolar;
- Associação do Bairro Alto e Pinhais, Grupos Religiosos, Instituições filantrópicas e educacionais e equipes esportivas locais – apoio às ações realizadas por essas associações, grupos, instituições e equipes no que se refere as questões educacionais, esportivas, qualidade de vida e de integração comunidade e escola.

5.8 ENCAMINHAMENTO DISCIPLINAR

Para o cumprimento da função social da escola (ensinar), compreende-se que é necessária a disciplina, não de forma autoritária, mas como uma condição para a prática pedagógica. Nesse sentido, compreende-se necessária a realização de combinados e regras de convivência com os alunos, o que facilita também o domínio de classe e uma aula de qualidade.

Os docentes compreendem que é necessário avançar em relação ao contato com as famílias. Mesmo com as tentativas de contato realizadas, ainda existem situações de famílias que precisam acompanhar mais efetivamente o desenvolvimento escolar de seus filhos, o que se torna um elemento que não contribui na superação das dificuldades ou excesso de faltas dos alunos.

Para melhor organização do trabalho pedagógico, não é viável fazer o encaminhamento do aluno para equipe pedagógica / direção em qualquer situação (sem observar o regulamento interno do estabelecimento). Há a necessidade em avançar nas questões disciplinares e na relação com a família dos alunos que “não aprendem”, em reuniões pedagógicas com pais, alunos e professores, bem como ações de mediação de conflitos.

- Promover maior envolvimento das famílias na disciplina e comprometimento do aluno com a escola e a aprendizagem;
- Solicitar maior atuação do Conselho Tutelar nos casos de omissão familiar;
- O professor deve registrar todos os fatos ocorridos com o aluno no livro de registro do professor, bem como na pasta de ocorrências da sala de aula, solicitando ao aluno sua assinatura; em caso de recusa os representantes de classe assinam;
- Os livros devem ser encaminhados para o Setor pedagógico pelo professor em hora atividade ou monitor para que sejam tomadas as medidas cabíveis de acordo com o regulamento interno da escola;
- O professor deve encaminhar ao setor Pedagógico a listagem de alunos faltosos para que sejam tomadas as providências necessárias;
- À Escola cabe conscientizar o aluno da importância da convivência em grupo, reflexões em sala, combinados de comprometerimentos de ambas as partes professor/escola e aluno;
- Construção de regras disciplinares orientada pelo professor representante de cada turma e discutidas no coletivo para construção dos combinados/contratos.

- Palestras com profissionais especializados de diferentes instituições a fim de conscientizar e orientar os alunos numa ação preventiva, evitando consequências prejudiciais ao seu desenvolvimento.
- Reuniões e palestras para Pais com profissionais específicos para alertar sobre problemas de faltas de limites (psicólogos, conselho tutelar e promotoria, etc.), orientando a família na sua relação com os filhos.

6 AVALIAÇÃO DO PPP

O presente Projeto Político Pedagógico apresenta direções sobre a escola que queremos, o ser humano que queremos formar e as concepções teóricas que fundamentam nossas ações em torno da educação. Na perspectiva da pedagogia histórico crítica, a escola pública de qualidade será possível se, no processo ensino-aprendizagem, bem como em todas as relações desencadeadas no interior da escola, se derem pela gestão democrática, na qual todos os envolvidos são sujeitos no processo.

Os objetivos projetados devem ser revistos permanentemente e avaliados pelos autores desta obra, ou seja, todos que acreditam nas concepções fundamentadas neste projeto político pedagógico. Assim, a gestão democrática deverá procurar formas de garantir o desenvolvimento e aplicabilidade do plano de ação anual.

Neste projeto estão contidos todos os anseios e objetivos de todos os agentes envolvidos na educação pública, os funcionários da educação básica, os docentes das diferentes áreas do conhecimento, os discentes matriculados em todas as modalidades e turnos ofertados pelo estabelecimento, os órgãos colegiados como representatividade dos segmentos – o Conselho Escolar, a APMF e o Grêmio Estudantil. É portanto, um documento norteador do podemos, pretendemos e queremos para a educação que fazemos cotidianamente, é um repensar coletivo, uma vez que juntos assumimos o compromisso público de garantir o direito à Educação, princípio primordial da democracia.

7 BRIGADA ESCOLAR

Considerando que a população adulta só adquire hábitos preventivos após terem vivenciado uma situação de crise ou por força de uma legislação pertinente, o Programa opta em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo

mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são mais receptíveis, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas. Ainda mais, a opção de se trabalhar com as escolas da rede estadual de educação tem a ver com a necessidade de adequá-las internamente para atender as disposições legais de prevenção de toda a espécie de riscos, sejam eles de cunho natural ou de outra espécie como acidentes pessoais e incêndios, entre outros.

- OBJETIVO GERAL:

Promover a conscientização e capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou humanos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas para garantir a segurança dessa população e possibilitar, em um segundo momento, que tais temas cheguem a um grande contingente da população civil do Estado do Paraná.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- levar os Estabelecimentos de Ensino Estadual do Paraná a construírem uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar;
- proporcionar aos alunos da Rede Estadual de Ensino condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, assim como conhecimentos para se conduzirem frente a desastres;
- promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, com vistas a atender às recomendações legais consubstanciadas nas vistorias do Corpo de Bombeiros;
- preparar os profissionais da rede estadual de ensino para a execução de ações de Defesa Civil, a fim de promover ações concretas no ambiente escolar com vistas a prevenção de riscos de desastres e preparação para o socorro, destacando-se ações voltadas ao suporte básico de vida e combate a princípios de incêndio;
- articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária) e dos Núcleos de Educação;
- adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, acompanhando os avanços legais e tecnológicos para preservação da vida dos ocupantes desses locais.

- ESTRATÉGIAS:

Ocorrerão capacitações contemplando públicos diferentes, com objetivos específicos, englobando uma capacitação para os gestores regionais e locais, outra para a Brigada Escolar.

O Coordenador Local do Programa será o Diretor do estabelecimento de ensino.

Ao diretor do estabelecimento escolar caberá a responsabilidade de criar formalmente a Brigada Escolar. Trata-se de um grupo de cinco servidores do estabelecimento que atuarão em situações emergenciais, além de desenvolverem ações no sentido de:

- identificar riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- promover revisões periódicas do Plano de Abandono;
- apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em livro ata específico ao Programa;
- verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias.

Os cinco integrantes da Brigada Escolar, serão capacitados pelo Corpo de Bombeiros Militar na modalidade de ensino a distância - EAD e presencial.

- ATIVIDADES PERMANENTES:

O Diretor de cada unidade escolar terá como responsabilidade, desenvolver o trabalho de implantação e implementação do Plano de Abandono.

Esse Plano de Abandono consiste na retirada de forma segura de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados e em tempo razoável.

Exercícios simulados deverão ser realizados no mínimo 01 (um) por semestre, e as datas deverão estar registradas em Calendário Escolar.

- Plano de Abandono – Rota de Fuga:

A Equipe de Brigadistas do C.E. Pilar Maturana, responsáveis diretos pela organização do Plano de Abandono, estará acompanhando e sinalizando as “rotas de fuga” nas dependências da escola como salas, corredores e escadas, assim como, o “ponto de encontro” (ao lado e próximo ao ginásio de esportes), e assim, atingir os resultados desejados, ou seja, executar a retirada de todos os integrantes da comunidade escolar em ordem, no menor tempo possível e em total segurança.

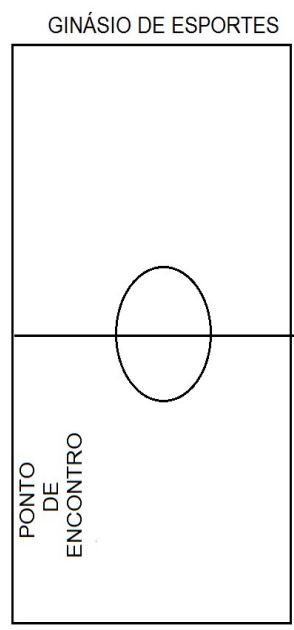
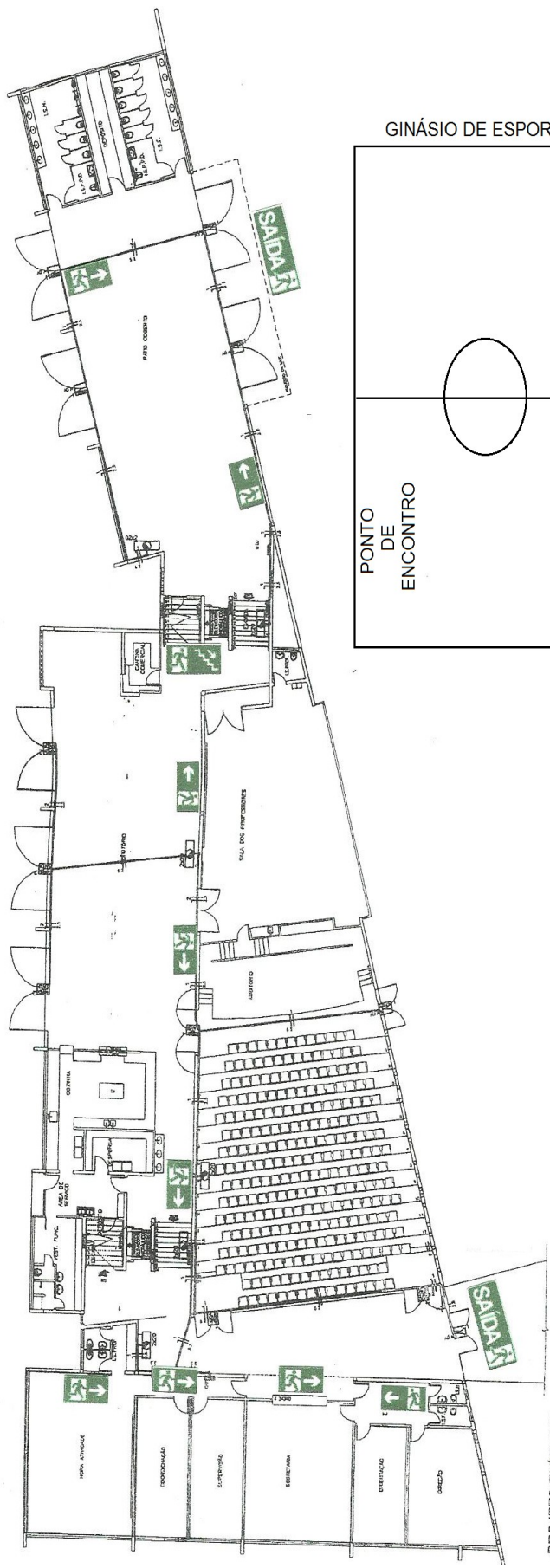
Desta forma, acionado o sinal de alarme, alerta já pré-definido, inicia-se os procedimentos, condutas e posicionamentos de todos que se encontram dentro das instalações, salas e ambientes da escola para executar o *Plano de Abandono* (Rota de Fuga), de maneira organizada, com controle e segurança da comunidade escolar. Cada pessoa (estudante, funcionário, professor, etc.) deve estar ciente e executar, da melhor forma possível, os procedimentos e seu papel na execução do abandono/saída do Prédio Escolar.

Cada turma (professor e alunos), após acionado o sinal de alerta, devem rapidamente se posicionar em fila única próximo à porta (aluno-representante na frente), em fila tipo indiana, deixando suas bolsas e todo material em sala, com o professor devendo aguardar por parte do responsável o aviso de saída e, em seguida, inicia a liberação e deslocamento dos alunos em sentido ao refeitório do colégio. O professor será o último da fila, devendo verificar da saída de todos os alunos, fechar a porta e fazer um sinal com um traço (giz) em diagonal na porta. A turma deverá se deslocar em passos largos, sem correr, braços posicionados normalmente, olhar à frente, mantendo-se pelo lado direito do corredor/escadas, *conforme indicação das placas e setas de sinalização afixadas*, dirigindo-se ao Ponto de Encontro. Chegando ao local definido (P.E.), o professor pega o livro e faz a chamada, verificando se todos os seus alunos estão presentes. O ponto de encontro será em frente ao ginásio de esportes, as turmas deverão se posicionar lado a lado, em ordem de série, para a conferência dos responsáveis. Qualquer falta ou observação o responsável pelo ponto de encontro deve ser informado.

Observação: Havendo algum aluno com necessidade especial ou com qualquer problema, um aluno-representante deverá auxiliar, acompanhando-o durante todo o deslocamento e trajeto.

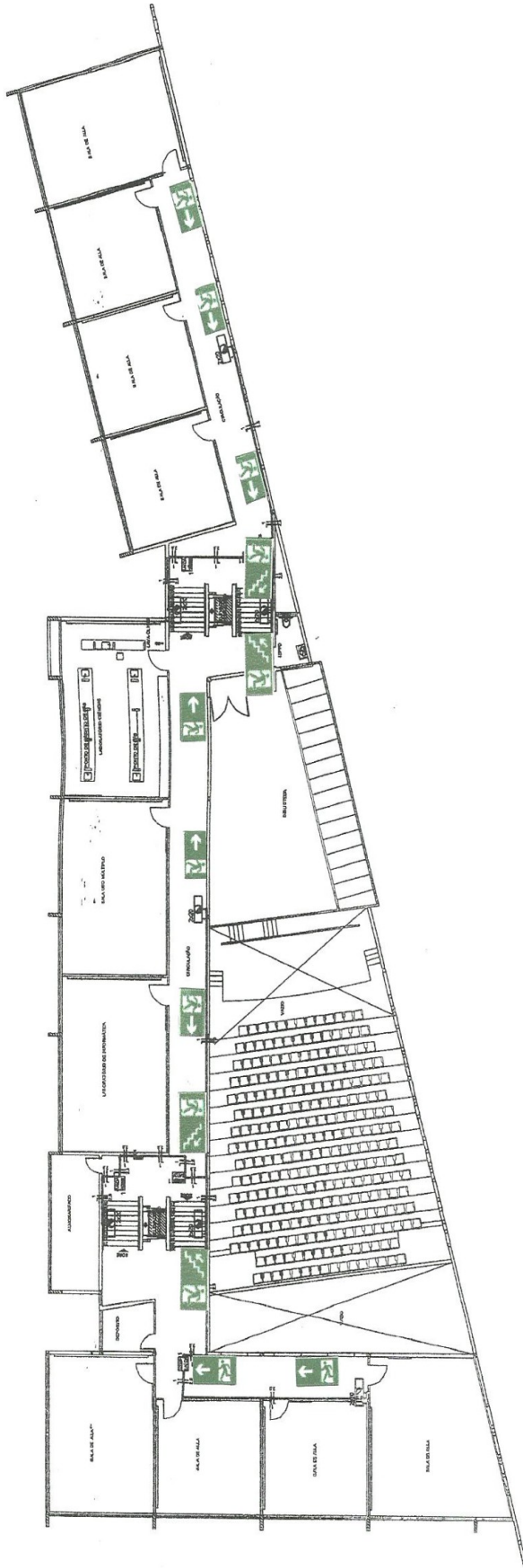
Para ilustrar como acontece o Plano de Abandono, seguem abaixo a Planta Baixa com a sinalização devida e o Organograma de cada turno.

PLANO DE ABANDONO - ROTA DE FUGA



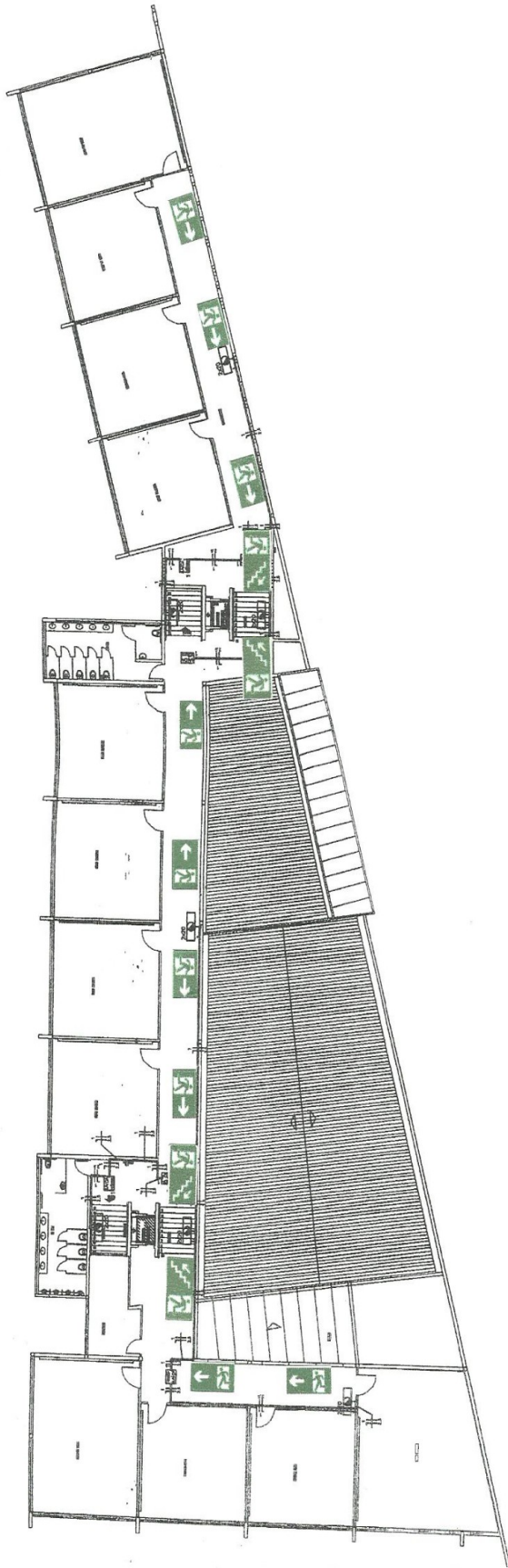
PROJETO ELÉTRICO
TERREO
ESC.: 1:100

PLANO DE ABANDONO - ROTA DE FUGA



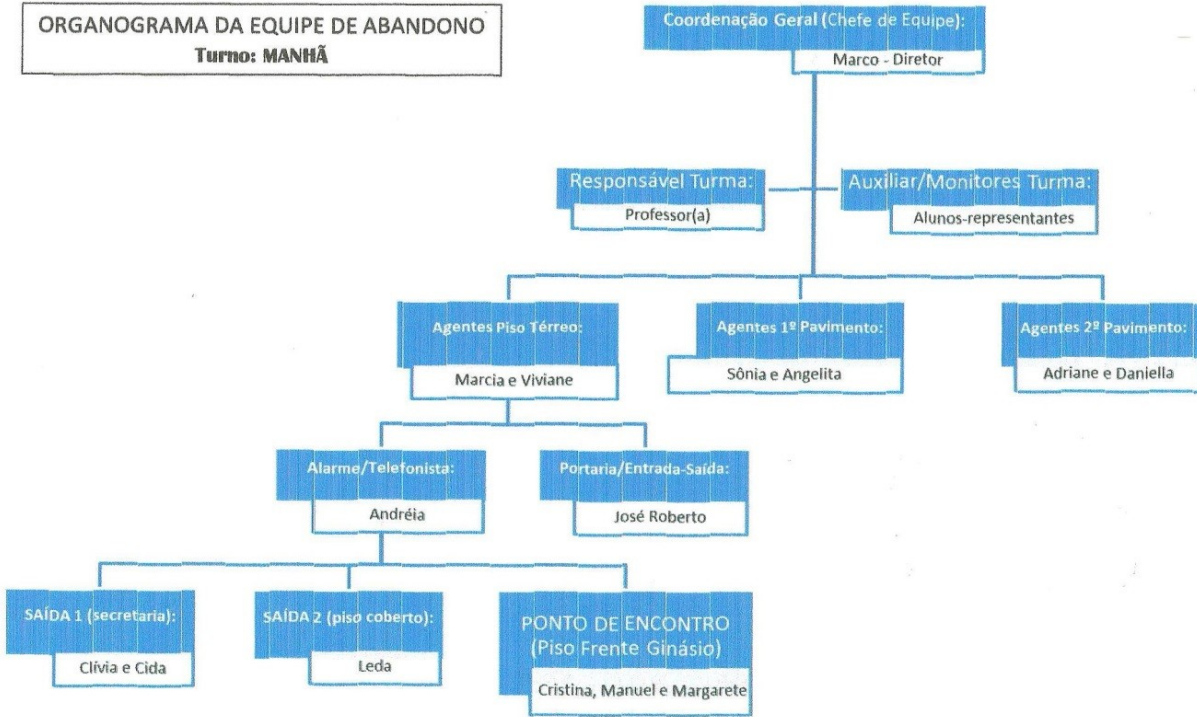
PROJETO ELÉTRICO
1º PAVIMENTO
ESC.: 1:100

PLANO DE ABANDONO - ROTA DE FUGA



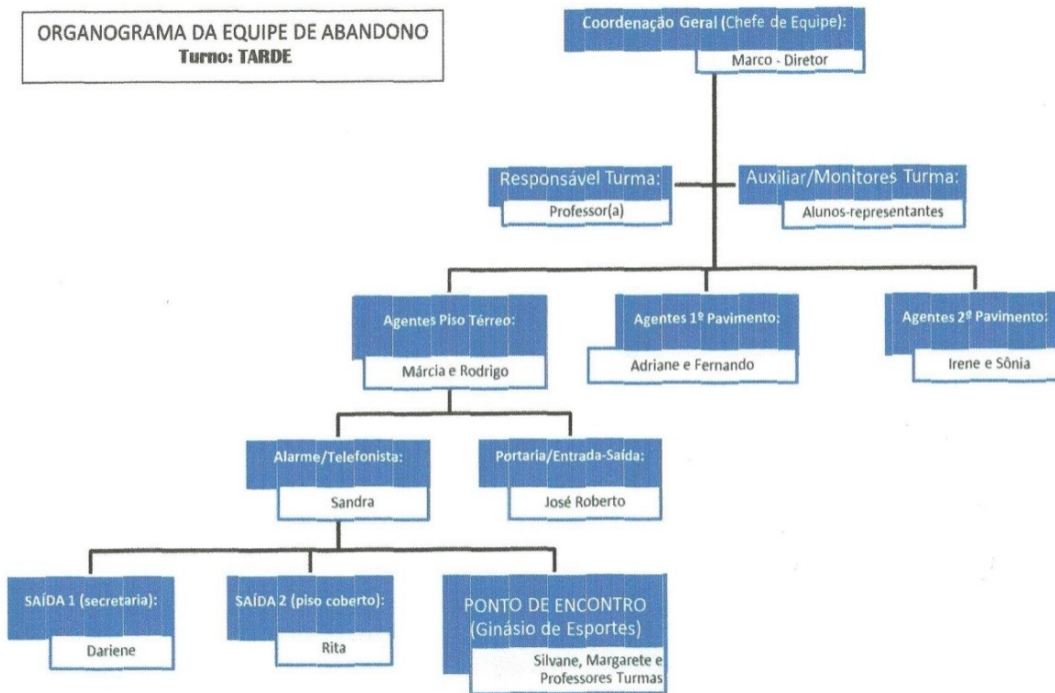
PROJETO ELÉTRICO
2º PAVIMENTO
ESC.: 1:100

ORGANOGRAMA DA EQUIPE DE ABANDONO
Turno: MANHÃ



Observação: >ROTA DE FUGA: Salas 01 a 10, Lab.Informática e Arte = Saída 1 / Salas 11 a 20, Lab.Ciências, Multiuso e Biblioteca = Saída

ORGANOGRAMA DA EQUIPE DE ABANDONO
Turno: TARDE



Observação: >ROTA DE FUGA: Salas 01 a 08, Lab.Informática e Arte = Saída 1 / Salas 09 a 20, Lab.Ciências, Multiuso e Biblioteca = Saída

VISTA AÉREA DO C. E. PILAR MATURANA

Pilar Maturana C E E Fund E Medio - Google Maps

Página 1 de 1



Imagens ©2014 CNES / Airbus, DigitalGlobe, Dados do mapa ©2014 Google 20 m

<https://www.google.com.br/maps/place/Pilar+Maturana+C+E+E+Fund+E+Medio/@-25.3973847,-49.1961347,181m/data=!3m1!1e3!4m...> 09/12/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno V: organização e gestão da escola/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**; Autores: Celso João Ferretti, Ronaldo Lima Araújo, Domingos Leite Lima Filho. Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2013.
- DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, M. Kohl de. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento um processo histórico**. São Paulo: Scipione, 2005.
- PILETTI, Claudino. **Filosofia e história da educação** / Claudino Piletti, Nelson Piletti. - 2.ed- São Paulo: Ática , 1985.
- SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SOUZA, Paulo R. et al. História da criação da escola pública como instrumento da formação da educação burguesa.In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE, **Anais...**Curitiba: Champagnat, 2009
- TONET, Ivo. [Educação e Formação Humana](http://www.ivotonet.xpg.com.br/). 2006. Disponível em:<<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso em: 20 ago.2009. Artigo científico
- TONET, Ivo. **Educar para a cidadania ou para liberdade?** 2005. Disponível em:<<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso em: 20 ago.2009. Artigo científico
- LUCKESI e VASCONCELOS. **Verificação ou avaliação: O que a escola pratica**. p. 227, 4ª Ed., revista, 1997.